



II CONGRESSO ESTADUAL 2022





DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
NO SISTEMA PRISIONAL

TRABALHOS APROVADOS

Sumário

O PAPEL DO PROGRAMA DE MEDIAÇÃO NO DESAFOGAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	5	SAÚDE MENTAL NAS PRISÕES FEMININAS BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS	18
MOBILIZAÇÃO SOCIAL E TUBERCULOSE – CCAP-TB-BRASIL	6	PROJETO PROCURA-C: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	19
O DIREITO AO VOTO DOS PRESOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	6	ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL DE PACIENTE EM PRISÃO DOMICILIAR ATENDIDA NA ATENÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	20
LER: UM ATO DE LIBERDADE – A REMISSÃO DE PENA POR LEITURA NO MONITORAMENTO ELETRÔNICO E SEUS DESAFIOS	7	SISTEMA PRISIONAL TOCANTINENSE: DESAFIOS DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO	20
GRUPO PSICOTERAPÊUTICO PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS	8	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA MULHER EM UMA UNIDADE PRISIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	21
COSTURANDO CONSCIÊNCIA VOLUNTÁRIA DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL	8	POR DETRÁS DO MURO CINZA: CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO TRATAMENTO PENAL	22
PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA E CONDIÇÕES ASSOCIADAS EM UM PRESÍDIO DO SUL DO BRASIL	9	TRANSMISSÃO DO <i>Mycobacterium tuberculosis</i> EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DO RIO GRANDE DO SUL	23
PROMOVENDO UM CUIDADO INTEGRAL À SAÚDE DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	10	REMIÇÃO PELA LEITURA NO PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ-RS	24
ALTA CONTAMINAÇÃO DE DOENÇA INFECCIOSA CAUSADA PELA BACTÉRIA <i>TREPONEMA PALLIDUM</i> NA UPF DE ANANÁS	11	A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E COMO DEVER: REVISÃO HISTÓRICA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS DE RESTRIÇÃO E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	24
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO FERRAMENTA DE RESGATE DA CIDADANIA	11	PROJETO DE EXTENSÃO “MARIAS: CORPO E LINGUAGEM NA INSTITUIÇÃO PRISIONAL”	25
RASTREAMENTO DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA MARIA (PRSM)	12	TESTE E TRATE: PERFIL DE PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM HEPATITE C NO SISTEMA PRISIONAL DE PORTO ALEGRE, BRASIL	26
TRIAGEM ODONTOLÓGICA DE PRIORIDADES DA POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE NA UBS PRISIONAL DE RIO GRANDE/RS	13	EXPERIÊNCIA DE UMA ENFERMEIRA NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE CAMAQUÃ – SETOR DE HIV x PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ	26
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA MENORES EM CONFLITO COM A LEI: RELATO DE EXPERIÊNCIA	14	O ACS COMO PROTAGONISTA DA IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO SISTEMA PRISIONAL	27
CÍRCULOS DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA AOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DA 2ª DELEGACIA PENITENCIÁRIA REGIONAL	14	IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA OS ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO	28
GRUPO COM AGENTES PROMOTORES DA SAÚDE NO CONTEXTO PRISIONAL	15	ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DA TUBERCULOSE NOS PAÍSES COM MAIORES POPULAÇÕES PRIVADAS DE LIBERDADE: REVISÃO INTEGRATIVA	29
PORTA DE ENTRADA: TRABALHO DIÁRIO DA UBS PRISIONAL DE RIO GRANDE	16	A IMPORTÂNCIA DA PORTA DE ENTRADA NO SISTEMA PRISIONAL NO RASTREIO DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	30
PENITENTIARY AS MAIN ELEMENT IN THE MAINTENANCE OF TUBERCULOSIS IN A REGIONAL HEALTH DEPARTMENT	17	HEPATITE C NA POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE DO RIO GRANDE DO SUL	30
AÇÕES EXTENSIONISTAS NO PRESÍDIO ESTADUAL FEMININO DE RIO PARDO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA FISIOTERAPIA	17	CONHECIMENTOS, ATITUDES E PRÁTICAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E AGENTES PENITENCIÁRIOS RELACIONADAS A TUBERCULOSE E HIV NAS PRISÕES DE MOÇAMBIQUE	31
		PROTOCOLO DE ENFERMAGEM DA SÍFILIS: A ATENÇÃO PRIMÁRIA PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE GUAÍBA/RS	32

PROMOTORAS DE SAÚDE NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL FEMININA DE GUAÍBA/RS	33	ENFERMEIRA/DOCENTE EM UM PRESÍDIO ESTADUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	38
CROCHETANDO E ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS: O CROCHÊ COMO OPORTUNIDADE DE TRABALHO E RENDA.	33	A INSERÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE PRISIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	39
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO SISTEMA PRISIONAL: UMA REALIDADE E NOVAS PERSPECTIVAS	34	PROCURA-C NO SISTEMA PRISIONAL: PREVALÊNCIA DE HEPATITE C	40
NOTIFICAÇÃO DE TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017-2021	35	ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NO TOCANTINS	41
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EM UNIDADES PRISIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL	36		
O PROCESSO DE MATERNIDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO NO BRASIL	37		
IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CONTINGENCIA DA COVID19 NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL	37		
AÇÕES EXTENSIONISTAS SOB O OLHAR DE UMA			

-  XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade
-  IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional
-  II Encontro Intersetorial de Coordenadores de Saúde Prisional
-  VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



II Congresso Estadual de Políticas Públicas e Participação Social no Sistema Prisional, IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional, XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade, III Encontro de Coordenadores da Política Estadual de Saúde Prisional, VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos.

Coordenação

Prof.ª Dr.ª Lia Gonçalves Possuelo

Comissão Científica

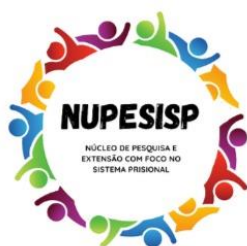
Adriana Iha - UFES/ES
Ana Ferreira - ESP/SUSEPE/R
Andréia Rosane de Moura de Valim - UNISC/RS
Antônio Bogo Chies - UCPel/RS
Camilo Darsie - UNISC/PPGEdu
Caroline Busatto - UFMS/MS
Ida Maria Foschiani Dias Baptista - UNESP/ ILSL/ SP
Ivinildo Vilichane - UNISC/PPGPS
Jane Dagmar Renner - UNISC/PPGPS
Karine Ely - UNISC/PPGPS
Lia Gonçalves Possuelo - UNISC/PPGPS
Michele Berger Ferreira - UFRGS/RS
Neuza Heizelmann - CEETB
Pauline Schwartzbold - SUSEPE/RS
Renata Maria Dotta - SES/RS
Sílvia Isabel Rech Franke - UNISC/PPGPS
Suzane Beatriz Frantz Krug - UNISC/PPGPS
Victor Vendrusculo - UNISC/RS

Comissão Infraestrutura

Angelita de Moura - 13ª CRS/SES/RS
Auri Back - UNP/Presídios
Camila Ferreira da Rosa - DTP/SUSEPE/RS
Chaiane da Rosa Araújo - UNISC/RS
Chana de Medeiros da Silva - UNISC/RS
Charles de Almeida Aguiar - UNP/Presídios
Conselho Penitenciário - SJS/RS
Débora Cristina Oliveira Ferreira - DPPP/SJS/RS
Everton Simon - UNISC/PPGEdu
Ivy Bastos Ramis - FURG/PPGCS
Jorge Wojahn - UNISC/RS
Karine Ely - UNISC/PPGPS
Lea Bos - DPP/SJS/RS
Lisoni Morch - UNISC/RS
Márcia Gabriela Lemos - DPP/SJS/RS
Nathalia Dullius - UNISC/RS
Rosane Lazzarotto Garcez - DTP/SUSEPE
Suelen Gotardo - SJS/RS
Tiago Antônio Heringer - UNISC/PPGPS

Comissão de Mobilização e Divulgação

Carina Bonatto - DTP/SUSEPE
Cássia Cibele Gonçalves - DTP/SUSEPE
Catlen Padilha - DPP/SJS/RS
Elida Larronda - CEETB/RS
Fernanda Dias - DTP/SUSEPE
Gabriela Monteiro - DTP/SUSEPE
Isabela Frighetto - UNISC/RS
Lea Bos - DPP/SJS/RS
Lia Gonçalves Possuelo - UNISC/PPGPS
Liliane Terhorst - Conselho Penitenciário SJS/RS
Marizane Soares Barbosa - 13ª CRS/SES
Neiza Heizelmann - CEETB
Paula Carvalho - DTP/SUSEPE
Péricles Stehmann Nunes - SES/RS
Rita de Cássia Quadros da Rosa - UNISC/RS
Rosane de Castro - DTP/SUSEPE
Samantha Lopes de Moraes Longo - 8ª DPR/SUSEPE/RS
Sarah Sandri Zalewski Vargas - SES/RS
Sílvia Luciana da Cruz - CEETB/RS
Suelen Gotardo - SJS/RS



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE





XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



No Brasil, a População Privada de Liberdade (PPL) atingiu a terceira posição mundial em número de presos, somando 811.707 pessoas (31/12/2020) e taxa de aprisionamento de 381/100 mil habitantes. A população carcerária do Rio Grande do Sul é de 43.421 pessoas e taxa de aprisionamento de 354/100.000 habitantes, ocupando a 8ª posição na taxa de aprisionamento por estado da federação. Historicamente, o sistema penal brasileiro convive com problemas como a superlotação, elevado índice de reincidência e rivalidade entre facções criminosas. Além disso, presos provisórios representam 28,9% da PPL brasileira e dividem o mesmo espaço com presos condenados.

A superlotação e as condições de vida da PPL interferem de forma negativa na saúde desta população. Elevados índices de doenças infectocontagiosas como tuberculose, sífilis, HIV/Aids e hepatites virais são observados em várias regiões do país. Doenças crônicas, psiquiátricas e uso abusivo de drogas também causam preocupação.

Outro problema relevante é o baixo grau de instrução da população carcerária. Levantamento do INFOPEN (2016) demonstra que 75% não concluíram sequer o ensino fundamental e 4% são analfabetos. Segundo a Lei de Execução Penal (LEP), o trabalho do condenado tem finalidade produtiva e educativa e pode ser realizada dentro do estabelecimento penal ou fora dele. Em 2019, no Brasil, 19,28% da PPL estava envolvida em atividades laborais. A LEP preconiza a possibilidade de remissão de pena pela educação e pelo trabalho.

A carência de políticas públicas de ressocialização no sistema carcerário brasileiro contribui para elevação dos índices de reincidência penal entre os presos. Promover valorização humana, por meio da educação e do trabalho podem contribuir para que a prisão deixe de ser apenas um castigo e que o preso saia da prisão em condições de trabalhar, estudar e reintegrar-se com a sociedade. Para fortalecer as políticas públicas no sistema carcerário, os Conselhos da Comunidade e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) vêm estimulando a participação da sociedade no sentido de desenvolver atividades socio-educativas, efetivação do direito à saúde, valorização da educação e do trabalho e políticas públicas para egressos como elementos de inclusão social e cidadania.

Neste sentido, profissionais da saúde, educação e segurança, pesquisadores, gestores, comunidade e controle social estão somando esforços para construção e qualificação de saberes e práticas para redimensionamento na organização, gestão, pesquisa e planejamento dos processos de trabalho na área prisional. O evento proposto é intersectorial, interinstitucional e está na sua segunda edição no Rio Grande do Sul, reunindo especialistas que atuam nas diferentes políticas públicas vinculadas ao sistema prisional. Durante dois dias acontecerão palestras, mesas redondas, seminário, mostras de experiências, encontros técnicos e espaços coletivos de discussão e expressão artística para discutir políticas públicas para a PPL, potencializando as experiências bem-sucedidas nas áreas da saúde, educação, trabalho e atuação do controle social no sistema prisional.

Este evento conta com o apoio dos Programas de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Assistência Farmacêutica da UFRGS e do Grupo Interdisciplinar de Trabalhos e Estudos Criminais-Penitenciário (GITEP/UCPel). Além do apoio das instituições de ensino estão apoiando o evento instituições do poder público Secretaria de Justiça Sistema Penal e Socio educativo, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria 6ª Coordenadoria Regional de Educação, 13ª Coordenadoria Regional de Saúde, Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE). Como apoiadores do controle social estão a Universal dos Presídios (UNP), Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas e de Santa Cruz do Sul, e o Conselho Estadual de Saúde (CES/RS). Além disso, cabe salientar que o evento conta com a parceria de outras instituições e universidades dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Espírito Santo e São Paulo. Dando assim uma maior visibilidade para as atividades desenvolvidas e destacando o estado do RS a nível nacional.



**XII Encontro Estadual de
Conselhos da Comunidade**



**IV Mostra Estadual de
Experiências na Saúde Prisional**



**II Encontro Intersectorial de
Coordenadores de Saúde Prisional**



**VIII Seminário de Políticas Prisionais
e Direitos Humanos da 8ª DPR.**



O PAPEL DO PROGRAMA DE MEDIAÇÃO NO DESAFOGAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

Ana Lúcia Dick Lopes¹; Caroline Fockink Ritt¹.

¹Universidade de Santa Cruz do Sul, RS;

²Universidade de Santa Cruz do Sul, RS.

*Contato: lopesana@mx2.unisc.br

Diante da atual situação de afogamento do sistema judiciário, a 3ª Delegacia de Polícia de Canoas criou o projeto Mediar/RS no ano de 2013. Seu principal objetivo é resolver os conflitos penais através da ferramenta da mediação. Tendo em vista que o poder judiciário está sendo procurado para resolver conflitos considerados mais simples, como por exemplo, as situações de vias de fato ou injúrias, essa lotação de procedimentos gera uma sobrecarga no setor, que acaba desperdiçando mais tempo na resolução do conflito. Nesse sentido, acaba-se gerando uma lentidão durante o andamento do processo que, por fim, atrapalha na resolução eficaz. Após a aprovação do projeto-piloto passou a vigorar com a publicação da portaria 168/14, que definiu suas especificações, diretrizes e seus gestores. O Programa de Mediação de Conflitos da Polícia Civil do RS fornece celeridade processual e devolve as partes envolvidas o protagonismo sobre seus atos, o que gera entendimento e responsabilidade de ambas as partes. Diante do aumento da instauração de inquéritos o programa visa estimular a aplicação da técnica de Mediação de Conflitos como método alternativo para a solução na Justiça Criminal. Desde 19/08/2014, data em que o programa entrou em vigor, cerca de 80 delegacias especializadas já aderiram ao programa a fim de proporcionar aos grupos minoritários visibilidade em frente ao poder público.

Com isso, surgiram delegacias especializadas, como a Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher (DEAM) e a Delegacia de Polícia Especializada De Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), por exemplo. O Programa Mediar é ofertado logo após a instauração do inquérito policial, através da oferta da participação das partes para compor sob o litígio. Assim, os envolvidos recuperam a sua autonomia decisória e podem vir a entrar em acordo. Cada uma das partes envolvidas tem o seu momento de expor seu ponto e explicar como se sente com relação a problemática tratada. É realizada uma análise do perfil dos envolvidos na ocorrência policial registrada e o exame dos fatos pela autoridade policial. Após, realiza-se uma audiência individual com a demandante do processo e, por conseguinte uma audiência, também individual, com a demandada. Por fim, ocorre uma audiência conjunta das partes onde pode ocorrer a realização de um acordo que será remetido ao Poder Judiciário para sua homologação. É importante ressaltar que as partes envolvidas no processo não são obrigadas a concordarem a um acordo que elas não estão 100% satisfeitas. Ainda, o Programa Mediar garante aos seus participantes um acompanhamento do relacionamento das partes durante 60 dias. À vista disso, percebe-se que o programa de mediação desempenha um papel fundamental no restabelecimento dos relacionamentos das pessoas envolvidas no litígio. Utilizando-se das técnicas de mediação e tratando as partes envolvidas com responsabilidade, consegue-se chegar a uma solução legítima, além de reeducar no trato dos conflitos. Nesse sentido, é necessário incentivar a aplicação do Programa Mediar para preservar os relacionamentos e não gerar sobrecarga no Poder Judiciário.

Palavras-chave: Audiência; Conflito; Mediação; Resolução; Litígio.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E TUBERCULOSE – CCAP-TB-BRASIL

Marcela Haupt Bessil

¹Psicóloga, Membro do CCAP-TB BRASIL, Mestra em Psicologia, Servidora do Ministério da Saúde.

*Contato: celahb@gmail.com

Pelo presente trabalho apresentamos o Comitê Comunitário de Acompanhamento de Pesquisas em tuberculose (CCAP TB/Brasil), criado em agosto de 2017, trata-se de um espaço que busca promover uma cultura de acompanhamento comunitário em pesquisa e participação de ativistas no processo de tomadas de decisões de políticas públicas em tuberculose no Brasil. O



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



CCAP TB Brasil tem como missão ampliar o envolvimento da sociedade civil nas pesquisas em tuberculose (TB), mobilizando o poder público e as lideranças comunitárias no que se refere ao desenvolvimento de políticas e incorporação de tecnologias relevantes no cuidado a pessoas acometidas pela TB e contribuindo para efetivação das políticas públicas em saúde no SUS. São áreas de interesse do CCAP TB Brasil as Biomédicas (de pesquisa básica, diagnósticos, medicamentos, vacinas) e as diferentes áreas das Ciências Sociais (incluindo os temas relativos aos direitos humanos, à cidadania e da transversalidade das temáticas de TB). A iniciativa do CCAP TB BRASIL é da Área de Mobilização Social da Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose (REDE-TB), com apoio do Instituto Clemente Ferreira (ICF) da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo (SES-SP). O processo inicial de estruturação do CCAP foi financiado no âmbito do Projeto de Engajamento Comunitário do estudo STREAMiii (STREAM-CE), numa parceria entre a Union/Vital Strategies e a REDE-TB no programa TREAT-TB, com recursos da USAID. Atualmente, o CCAP TB BRASIL é composto por ativistas ligados à área de mobilização social que foram selecionados por seus currículos, experiências e realidades regionais. No contexto das políticas de enfrentamento da tuberculose (TB), as atividades de advocacy, comunicação e mobilização social (ACMS) fazem parte de uma estratégia de transformação de práticas e são consideradas como um importante componente para o alcance das metas e objetivos de controle da doenças. Há um crescente reconhecimento do papel do engajamento comunitário na formulação, operacionalização e monitoramento de políticas de controle da TB no mundo e no Brasil. O engajamento comunitário, ao pautar suas ações na noção de justiça social, pode implicar em avanços no enfrentamento dos determinantes da TB e em mudanças consistentes relacionadas às questões estruturais da sociedade que afetam o risco de adoecimento e o acesso a cuidados em saúde. No Brasil a participação da sociedade civil nas ações de enfrentamento da tuberculose está destacada na Resolução N° 444 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Saúde que aborda as principais estratégias para o controle da doença. Também está contemplada no relatório da Subcomissão Especial destinada a analisar e diagnosticar a situação em que se encontram as políticas de governo relacionadas às doenças determinadas pela pobreza, entre as quais a tuberculose, produto da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Além disso, o Plano Nacional Pelo Fim da Tuberculose como problema de Saúde Pública, publicado pelo Ministério da Saúde em 2017 destaca o fortalecimento da articulação entre gestão e sociedade civil ao descrever a coalisão com organizações comunitárias como um dos princípios de sua estratégia pelo fim da TB e ao recomendar o desenvolvimento de diversas atividades que fomentam o controle sócio. Membros do CCAP-TB-Brasil: Carla Patrícia Almeida, Antônio Ernandes Marques Costa, Ézio Távora dos Santos Filho, Fabio Correia Costa, Giselle Israel, Juliana Reiche, Marcela Haupt Bessil, Marcos Moreira

Leite, Neide Gravato da Silva.

Palavras-chave: Controle Social; Tuberculose.

O DIREITO AO VOTO DOS PRESOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Denise Bittencourt Friedrich¹; Gabriela de Souza Graeff¹

¹Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC),

*Contato: dfriedrich@unisc.br; graeffgabriela@gmail.com.

Justificativa e objetivos: O direito ao voto, parte fundamental do exercício democrático, está previsto na Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental. Assim, a suspensão automática do direito ao voto para presos apresenta uma exclusão dessas pessoas ao exercício pleno de sua cidadania. A nível global, a Declaração Universal dos Direitos do Homem já se preocupava em garantir o sufrágio universal, ao assegurar esse direito a todos. No entanto, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, assinados por mais de 190 países, que se dedicam a trabalhar diversos temas atuais e pertinentes acerca do desenvolvimento humano, se omitem quando o assunto é exclusão carcerária e democracia. Há uma desconsideração por parte do poder público acerca da representação desse recorte da população, que não pode exercer seu direito democrático durante o cumprimento de pena. Diversos outros Estados garantem o direito ao voto para pessoas presas ou impõem algumas restrições a depender da pena ou do crime cometido, não sendo a perda automática como no Brasil. Em um país com alta população carcerária – chegando a 3º no ranking mundial – a preocupação com políticas públicas para assegurar o direito ao sufrágio deveria ser prioritária. Assim, o objetivo do presente estudo é abordar a temática do direito ao voto e a exclusão dos presos, de forma a comparar a realidade brasileira com outros Estados e buscar soluções para enfrentamento do problema. **Métodos:** Utiliza-se o método dedutivo e o procedimento monográfico, através da pesquisa bibliográfica, vez que se analisa obras literárias de diversos autores, além de periódicos, legislações e artigos científicos. **Resultados:** A partir do levantamento inicial realizado, percebe-se que pouco é feito acerca da exclusão dos presos ao sufrágio. Não há políticas públicas voltadas ao tema e poucas são as discussões sérias em torno do assunto. O direito comparado pode trazer soluções e inovações, no entanto, se faz necessária vontade política para concretização desse direito a todos – ainda que com restrições pontuais. **Conclusão:** A partir da pesquisa realizada, entende-se que é necessário um debate sério e comprometido a nível nacional e global acerca do direito ao voto do preso. O ordenamento jurídico precisa se debruçar sobre o tema para, então, encontrar soluções que não tornem irrestrita a suspensão do sufrágio de pessoas presas, principalmente quando se fala em igualdade e dignidade da pessoa humana, previstos na Carta Magna. O cenário



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



carcerário brasileiro, já precário, encontra ainda mais obstáculos para efetivas mudanças, vez que os maiores interessados têm o direito de voto privado durante todo o cumprimento de pena, independentemente do regime e do tempo a que foram condenados.

Palavras-chave: Democracia; Direito ao voto; Direitos Cívicos; Prisioneiros; Exclusão social.

LER: UM ATO DE LIBERDADE – A REMISSÃO DE PENA POR LEITURA NO MONITORAMENTO ELETRÔNICO E SEUS DESAFIOS

Aliziane Bandeira Kersting¹

¹Presidente da Comissão Permanente de fomento à leitura Mestre em Antropologia Social - PPGAS /UFRGS

*Contato: aliziane-kersting@susepe.rs.gov.br

Historicamente, no âmbito do sistema prisional, há duas possibilidades para que as pessoas privadas de liberdade diminuam o tempo de pena a cumprir, a remissão pela educação ou pelo trabalho. A cada 3 dias trabalhados ou 12 horas de estudo equivalem a 1 dia de pena. Em 2019, a partir da portaria nº 033/2019 da SUSEPE temos a regulamentação no âmbito do sistema prisional gaúcho da inclusão da remissão por leitura, tornando possível que uma pessoa privada de liberdade dos regimes fechado e semiaberto possam diminuir os dias de pena a cumprir a partir da leitura de obras literárias.

Para além dos muros da prisão clássica, hoje o Brasil conta com uma nova modalidade de cumprimento de pena, a monitoração eletrônica. É uma rede de vigilância cujo sustentáculo é um dispositivo eletrônico que envia em tempo real a localização das pessoas privadas de liberdade para uma central de controle. É a possibilidade que o sujeito cumpra sua pena ainda sobre o convívio familiar, podendo trabalhar e estudar, bem como ser assistido pela rede socioassistencial. A monitoração eletrônica auxilia na diminuição da superpopulação carcerária e traz de forma bastante concisa a possibilidade de ressocialização do sujeito diante de sua própria comunidade. No entanto, como toda política em desenvolvimento é preciso de um efetivo esforço para que suas potencialidades se concretizem.

Distinto de um estabelecimento prisional físico, onde há uma biblioteca e uma delimitação espacial, a monitoração eletrônica traz desafios que precisam de estratégias específicas. Com os sujeitos distribuídos em espaços geográficos distintos, é preciso encontrar meios inovadores de fazer chegar até eles a possibilidade de remissão por leitura. Apresentaremos as parcerias feitas com editoras, a produção de um acervo itinerante e a efetivação da remissão com os monitorados trabalhadores dos PACs.

Buscamos apresentar a execução e discutir o potencial da remissão de pena por leitura na reintegração social, ressocialização e reeducação das pessoas privadas de liberdade

a partir do fomento à leitura. Bem como, dar acesso à literatura a famílias que historicamente não dispõem de recursos financeiros para a aquisição regular de livros. Sabendo da potência da leitura para a expansão da capacidade imaginativa e da melhora da qualidade de vida de modo geral, o monitoramento eletrônico da região metropolitana de Porto Alegre fomenta entre as pessoas privadas de liberdade o hábito da leitura.

Palavras-chave: Leitura; Sistema Prisional; Remissão

GRUPO PSICOTERAPÊUTICO PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS

Rita Frezza Maganini¹

¹Psicóloga, Especialista em Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica

*Contato: ritafrezza@gmail.com

Justificativa e objetivos: A atuação do psicólogo no ambiente carcerário encontra alguns desafios que podem ser superados com estratégias de trabalho que permitam o acesso dos sujeitos ao tratamento estabelecido. Dentre tais alternativas, os grupos psicoterapêuticos se mostram ricas fontes de atuação, permitindo o acesso a maior número de sujeitos que participam ativamente no processo psicoterapêutico. Das diversas temáticas que podem ser objetivos deste trabalho, optou-se pelo uso indevido e/ou abusivo de álcool e outras drogas, justamente por ser um agravo de saúde comum neste ambiente, com o principal objetivo de criar um espaço de acolhimento e de criação de estratégias de enfrentamento. Cabe salientar que a perspectiva de acolhimento de sujeitos usuários de álcool e outras drogas contempla tanto aqueles sujeitos cuja motivação final seja a abstinência, quanto aqueles que, por suas próprias motivações, não conseguem ou não desejam interromper o uso de alguma substância. Métodos: Através de grupo fechado com 15 participantes do regime fechado, em encontros semanais de uma hora, com no máximo 3 faltas ao longo de um semestre, utilizando-se de métodos cognitivo-comportamentais, entrevista motivacional, avaliação de estágio motivacional (com apoio do teste URICA para drogas), registros de prontidão para mudança, balança decisória de vantagens e desvantagens no uso de substâncias, registros de automonitoramento e Mindfulness (com técnicas de respiração, relaxamento e meditação). Resultados: O grupo foi reiniciado no ano de 2022, sendo que em maio a Vara de Execuções Criminais de Caxias do Sul reconheceu a prática como atividade de Educação Complementar permitindo a remissão de pena aos participantes já condenados. Nem todos os participantes já são condenados, substituindo-se uma ideia inicial de busca do tratamento apenas pelo benefício associado. Nem todos os ingressantes



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



permanecem até o final do semestre, seja pelo recebimento de liberdade, seja pela necessária adesão e trabalho psicoterapêutico que o grupo exige, com definição de objetivos, metas e estratégias de mudança, não apenas em momento específico, mas como mudanças de vida. Assim, os resultados obtidos ao longo destes seis anos de trabalho com grupos no sistema prisional não se traduzem em extinção de índices de uso prejudicial de álcool e outras drogas, bem como na extinção da recorrência do recolhimento prisional. No entanto, tal finalidade não é almejada no campo de atuação teórico-prático da Psicologia, pois como já mencionado, a mudança é um processo individual e está limitada no tempo e no espaço de cada sujeito, nos recursos e fragilidades que dispõe e, além disso, na forma como reage cognitiva e comportamental àquele momento de vida.

Palavras-chave: grupo psicoterapêutico; abuso de álcool; abuso de drogas

COSTURANDO CONSCIÊNCIA VOLUNTÁRIA DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL

Rosaura Beatris Ismael Freitas¹; Carine Spiazzi Gonzatti¹; Renata de Marco Domingues Cauduro¹; Simone Gil Machado¹

¹ Técnica Superior Penitenciária - Assistente Social do Presídio Regional de Santa Maria, RS,

*Contato: rosaura-freitas@susepe.rs.gov.br

O Presídio Regional de Santa Maria - PRSM é um estabelecimento prisional misto que atende homens do regime semiaberto e mulheres em todos regimes. Atualmente encontram-se recolhidos aproximadamente 220 apenados, destes, o público feminino é composto de 76 mulheres. A equipe técnica do PRSM busca sempre parcerias para projetos para fomentar a capacitação das pessoas recolhidas, objetivando, principalmente, a profissionalização. A partir disso, o Projeto "Sacolas do Bem" iniciou suas atividades em maio de 2021 com a participação apenas de encarceradas que se reúnem no pavilhão de trabalho para fabricação de bolsas com tecidos reaproveitáveis e bordá-las para depois, serem doadas ao Projeto "Corrente do Bem" que tem finalidade filantrópica. O Projeto "Sacolas do Bem" busca incentivar os trabalhos manuais e a participação voluntária das apenadas no trabalho comunitário, visando à humanização das relações sociais, através do incentivo ao desenvolvimento da capacidade artística criativa individual, propondo uma ocupação solidária no período de cárcere. É importante contextualizar que a ideia de reaproveitar tecidos na confecção de bolsas teve seu início com o Setor de Humanização do Hospital Universitário de Santa Maria - HUSM, o qual entregavam os pertences dos pacientes falecidos aos familiares em sacolas plásticas (de supermercado), conforme relato desses profissionais, "eram momentos dolorosos", surgindo então, à proposta de

confeccionar essas bolsas com materiais reciclados com o propósito de humanizar esse momento junto às famílias. Com isso, criou-se a parceria com o Projeto "Corrente do Bem", que conta com ajuda de voluntários que prestam serviço assistencial às comunidades vulneráveis locais, onde realizam diversas atividades como, por exemplo, brechós com doações de roupas ou objetos, confecção de bolsas a partir de retalhos e de enxovais para recém-nascidos, entre outros, tudo com o objetivo de reverter o dinheiro para a compra de produtos de higiene e alimentos para doação, sendo assim, também passaram a ser confeccionadas tais bolsas para serem doadas ao Setor de Humanização do HUSM. Após esse início, houve a necessidade de ampliação dos voluntários para a produção e assim, a "Corrente do Bem" entrou em contato com o setor técnico do PRSM e propôs a parceria junto as apenadas. Hoje o objetivo principal do Projeto "Sacolas do Bem", realizado pelas segregadas, é incluir o artesanato nos processos extramuros de humanização e responsabilidade social. Construindo assim, processos de conscientização da participação social voluntária, incentivando o trabalho manual e artístico dentro do sistema prisional, diminuindo a ociosidade durante o aprisionamento, profissionalizando e dando visibilidade ao trabalho artístico individual, bem como criando a possibilidade de remição de pena para as participantes. As bolsas são confeccionadas na oficina de costura, sendo utilizados materiais reciclados, retalhos, vestuários que não podem ser aproveitados como vestimenta, objetos oriundos de doações recebidas para este fim, tais como fitas, barbantes, pedrarias, entre outros. A supervisão e seleção das mulheres recolhidas no PRSM que fazem parte do Projeto "Sacolas do Bem" se dá através do trabalho interdisciplinar entre Direção, Atividade de Segurança e Disciplina - ASD e o Setor Técnico.

Palavras-chave: Cárcere; Fabricação; Encarcerada; Responsabilidade social; Voluntariado.

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA E CONDIÇÕES ASSOCIADAS EM UM PRESÍDIO DO SUL DO BRASIL

Leonardo Silveira Nascimento¹; Allana Maychat Pereira Oliveira¹; Lizete Plotzki de Pires¹

¹ Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

*Contato: leonardosnas@gmail.com

Justificativa e Objetivo: Sabe-se que a Hipertensão Arterial



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



Sistêmica (HAS) é uma das principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) no mundo e que o Brasil tem uma das maiores populações carcerárias. É sabido também que os detentos abusam do tabaco e tendem a ser sedentários e a consumir uma dieta rica em sódio e gorduras, que são fatores de risco para HAS. São poucos os estudos que avaliam a prevalência de HAS na população privada de liberdade, o que dificulta estabelecer a magnitude desta patologia no ambiente prisional. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo avaliar a prevalência de HAS, medicações anti-hipertensivas em uso e comorbidades associadas em uma população carcerária do sul do Brasil. Métodos: Estudo transversal realizado com dados secundários oriundos dos prontuários médicos dos detentos de um Presídio localizado no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Todos os detentos ingressantes neste Presídio passam por triagem de admissão de saúde na qual são rastreados para doenças infectocontagiosas e para DCNTs como a HAS. Foram incluídos na amostra todos os detentos recolhidos no estabelecimento prisional em 13/09/2022. Resultados: Foram analisados dados de 288 detentos, todos do sexo masculino, com idade entre 18 e 75 anos (média: 33,01; desvio-padrão: 10,31). O diagnóstico de HAS foi verificado em 18 sujeitos (6,25% da amostra), com idade entre 24 e 75 anos (média: 51,50; desvio-padrão: 15,55). A maior parte dos hipertensos possui 40 anos ou mais (n=14; 77,78% do total de hipertensos). Quanto aos anti-hipertensivos em uso, 09 fazem uso de Enalapril (inibidor da enzima conversora da angiotensina – IECA), 09 de Losartana (bloqueador dos receptores da angiotensina II – BRA), 08 de Hidroclorotiazida (diurético tiazídico), 03 de Anlodipino (bloqueador dos canais de cálcio diidropiridínico), 01 de Propranolol (betabloqueador não seletivo) e 01 de Metoprolol (betabloqueador cardioseletivo), sendo que 08 detentos estão em monoterapia, 07 usam duas classes de anti-hipertensivos e 03 usam três classes medicamentosas. Nenhum dos detentos usa mais que três classes de anti-hipertensivos. Com relação às comorbidades associadas, 04 são portadores de diabetes mellitus tipo 2 (DM2), 09 de dislipidemia, sendo os 04 portadores de HAS e DM2 também portadores de dislipidemia, e 02 de depressão. Conclusão: A prevalência de HAS na população carcerária analisada (6,25%) está abaixo da prevalência de HAS na população brasileira em geral (estimada em 20–30%). Isso pode ser justificado por ser uma amostra predominantemente jovem (66,67% com 35 anos ou menos). Todos os hipertensos analisados fazem uso de IECA ou BRA, medicações eficazes no tratamento da HAS e com comprovada redução na morbimortalidade cardiovascular e renal. Por fim, esse estudo mostra a necessidade de se conhecer e monitorar os indicadores de saúde referentes às DCNTs dentro das populações privadas de liberdade. Se fazem necessários estudos semelhantes em diferentes realidades carcerárias para que se possa estimar a prevalência da HAS no ambiente prisional e traçar um perfil dos detentos acometidos pela doença, o que permitirá a criação de abordagens de educação,

promoção e prevenção em saúde nesta população, facilitando a identificação dos fatores de risco modificáveis e o emprego do tratamento precocemente.

Palavras-chave: Anti-Hipertensivos; Hipertensão; Prisioneiros; Prisões.

PROMOVENDO UM CUIDADO INTEGRAL À SAÚDE DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Camila da Silva Riterbusche¹; Márcia Gabriela Rodrigues de Lima¹, Fabiani de Vargas¹; Bibiana Letícia Nogara¹; Mariana Felin Cerezer¹; Mileny Rosalina Galvão¹; Jorge Silveira Marques¹; Giulliane Ramos Londero¹; Bruno Santos¹

¹Universidade Franciscana, Santa Maria - RS

*Contato: criterbusche@gmail.com

Justificativa e objetivo: A Política Estadual de Atenção Básica à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, no âmbito do SUS – tem por objetivo a garantia do acesso ao atendimento integral à saúde em nível de atenção básica às pessoas privadas de liberdade e segue as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Objetivou-se relatar as atividades de cuidado voltadas para atenção primária em saúde, a partir da aplicação de um formulário elaborado para atendimento dos detentos recém ingressos na Unidade Prisional. Métodos: Relato de experiência a partir da aplicação de 62 formulários para atendimento de detentos recém ingressos no Presídio Regional de Santa Maria/RS (PRSM) no período de Julho a Agosto de 2022. Resultados: O município de Santa Maria/RS passou a contar na rede de saúde com a Equipe de Atenção Primária Prisional Tipo I desde Junho de 2022, porém essa assistência está concentrada apenas na Penitenciária Estadual de Santa Maria. Entretanto, o PRSM recebe semanalmente o apoio de profissionais da saúde pela Secretaria de Saúde, Política HIV/AIDS/ISTS e Hepatites Virais, para ações de prevenção ao HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), por meio de testagens rápidas e rodas de conversa com os detentos e detentas. Como forma de ampliar esse cuidado, elaborou-se e está sendo aplicado, um formulário estruturado aos detentos atendidos, no intuito de rastrear e controlar outras comorbidades, além do HIV/ISTS. Historicamente, a atenção à saúde para essa parcela da população tem sido oferecida de forma reducionista, cujas ações desenvolvidas limitam-se àquelas voltadas para as ISTs/AIDS, a redução de danos associados ao uso abusivo de álcool e outras drogas e as imunizações. Contudo, são observados os altos índices de tuberculose, pneumonias, dermatoses, transtornos mentais, hepatites, traumas, diarreias infecciosas, além de outros agravos, no âmbito das instituições prisionais, que também são prevalentes na população brasileira. A partir da aplicação do formulário foi possível rastrear 03 casos



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



de hipertensão arterial, os quais já iniciaram tratamento; para diabetes mellitus 01 caso novo; sobre investigação de tuberculose pulmonar ativa foram coletadas 25 amostras de escarro de detentos recém ingressos, nos quais 02 casos apresentaram resultado positivo. Sobre esquema vacinal, para imunizantes da influenza e contra covid 19, foram realizados 2 mutirões, onde foram vacinados 156 detentos contra influenza e 208 contra covid 19. Sobre o diagnóstico para ISTs, foram testados 62 detentos, sendo que desses, 11 apresentaram resultado reagente para sífilis e nove receberam tratamento completo, sendo que apenas dois recusaram tratamento mediante assinatura de responsabilidade; para prevenção do câncer de colo uterino, foram realizadas aproximadamente 32 coletas de citopatológico, sendo que uma paciente foi diagnosticada com neoplasia e foi encaminhada para acompanhamento na rede de saúde especializada. Conclusão: Diante disso, torna-se fundamental considerar que as pessoas privadas de liberdade têm direito à saúde independente da condição em que se apresentam. Porém, para assegurar esse direito faz-se necessário que a gestão penitenciária conheça e reconheça as necessidades em saúde das pessoas privadas de liberdade e juntos possam definir e programar ações que promovam saúde e não somente a cura de doenças.

Palavras chave: Prisão; Promoção da Saúde; Cuidado.

ALTA CONTAMINAÇÃO DE DOENÇA INFECCIOSA CAUSADA PELA BACTÉRIA TREPONEMA PALLIDUM NA UPF DE ANANÁS

Jessica Lopes Lima¹

¹Secretaria Municipal de Saúde de Ananás - Tocantins
*Contato: jessica_lopez01@hotmail.com

Justificativa e objetivos: SIFILIS trata-se de uma doença infecciosa que evolui lentamente em três estágios, geralmente transmitida por contato sexual, e muito raramente por contaminação fetoplacentária, causada pela bactéria *Treponema pallidum* e caracterizada por lesões da pele e mucosas. Ao primeiro contato com as internas da UPF foi observado que 3 contavam com manchas no corpo principalmente nas palmas das mãos e plantas dos pé que não coçavam, em um breve estudo de caso, foi observado que por mais de um ano estavam sem contato de visitas íntimas por motivo da pandemia decretada em 2020 pelo Covid 19. Com isso foi detectamos que a incidência de possível transmissão seria de contato sexual das próprias internas, o que nos trouxe uma preocupação antes de quaisquer diagnóstico. Métodos: Iniciamos com os testes por cada cela, trabalhamos em forma de mutirão. Eram colhidos os testes e escrito o resultado em uma planilha. Para que não houvesse a necessidade de retirar a interna da cela, por norma da instituição era colhido na grade e o resultado dado posteriormente, apenas para as que testaram positivo. E orientadas que por se tratar de um teste de triagem

precisariam realizar a sorologia para confirmar diagnóstico. Resultados: As atividades foram divididas em dois momentos. O primeiro, na parte da manhã, com a testagem rápida para SÍFILIS, HIV, HCV, HBV, em todas as internas da unidade. O que resultou na identificação de 10 casos positivos para SIFILIS o total de 32 das internas, posterior a isso no dia seguinte, foi acionado a equipe do laboratório lotada no Hospital Municipal de Ananás, para que os mesmo realizassem a coleta de sangue para realização da sorologia VDRL. Detectamos então que 8 estavam com doença ativa e 2 com cicatriz sorológica sendo essas sem necessidade de tratamento. Após detecção todas as 8 internas passaram pela avaliação médica onde o mesmo informou resultado de exames e explicou o tratamento e logo em seguida realizamos a notificação e o tratamento prescrito. Conclusão: Como entendemos e sabemos que a sífilis e as demais ist's tem meio de transmissão pelo contato sexual realizamos uma palestra de orientação, mostrando a necessidade de proteção ao ato e orientar sobre o uso de objetos sexual. Realizamos o monitoramento trimestral dos casos que deram positivos para nos certificarmos que o tratamento estava correto e as titulações estavam baixando. Obtemos um resultado mais que satisfatório nessa ação, obvio que após um diagnóstico com tanta contaminação teve uma reviravolta com as internas, por motivo que muitas não sabiam do que se tratavam e nem imaginavam qual era o meio de transmissão, fizemos um trabalho de orientação e tratamento bem sucedido, com resultados satisfatório de 100% no tratamento.

Palavras-chave: Sífilis; Saúde Sexual; Doença Transmissível; Infecção Sexualmente Transmissível.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO FERRAMENTA DE RESGATE DA CIDADANIA

Fernanda Bartz Weis¹; Greici Castiglioni Carpes¹; Tiago Lopes Kersting¹.

¹Presídio Estadual de Candelária – RS
*Contato: fernanda-weis@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivo: A educação, para além de conhecimento é uma importante ferramenta para o desenvolvimento humano e integração social das pessoas privadas de liberdade. Prevista na lei de execução penal, como uma das assistências a serem garantidas pelo Estado, a educação profissional faz parte do tratamento penal executado nos estabelecimentos prisionais. Diante disso, o Presídio Estadual de Candelária busca ofertar cursos profissionalizantes capazes de auxiliar no resgate da cidadania, possibilitando condições para seu reingresso no mundo do trabalho. Métodos: Foram realizados, no período de julho de 2021 a junho de 2022, através do Sindicato Rural em parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, os cursos de Produção de Hortaliças, Construção e Manutenção de Estufas, Aproveitamento Integral de Alimentos, Guasqueiro: Preparo do Couro e Guasqueiro: Confecção de Peças de Couro



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



no Presídio Estadual de Candelária e Anexo. Resultados: No período, foram contemplados um total de 29 privados de liberdade, abrangendo todos os regimes. O curso de Aproveitamento Integral de Alimentos possibilitou que os apenados, trabalhadores das cozinhas (administrativa e geral) melhorassem o armazenamento, higiene, manuseio, preparação e reaproveitamento dos alimentos oferecidos diariamente no presídio, utilizando os produtos existentes da melhor forma. Já o curso de Produção de Hortaliças/Construção e Manutenção de Estufas, ocorreram de forma paralela contribuindo significativamente para o aprimoramento da horta já existente, assim como para ampliação da área de cultivo e consequentemente a produção de hortaliças destinadas ao consumo interno e doações para entidades sociais do município. O artesanato em couro era uma atividade laboral que já acontecia no interior das celas, e foi aprimorado a partir dos cursos de Guasqueiro, preparação do couro cru e também no de confecção de peças em couro. A partir destes cursos foi possível a profissionalização, melhor aproveitamento do material a partir de novas técnicas, além do destaque que deve ser dado ao enfoque cultural e resgate das tradições gaúchas. Além disso a partir dos cursos a matéria-prima utilizada para os artesanatos passou a ser preparada junto ao Presídio, desde o preparo do couro cru que tange a avaliação, esfola, desengorduramento, descarte, depilação e estaqueamento para posteriormente utilizar na fabricação das peças artesanais. Conclusão: Considera-se que a certificação profissional, por meio dos cursos oferecidos aos privados de liberdade, proporcionou o aperfeiçoamento trazendo condições para seu (re)ingresso ao mundo do trabalho, consequentemente ao convívio social, além de melhorar o comportamento no ambiente carcerário e proporcionar uma nova possibilidade de renda para familiar.

Palavras-Chave: Educação Profissional; Remição; Ressocialização; Sistema Prisional; Trabalho.

RASTREAMENTO DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA MARIA (PRSM)

Mileny Rosalina Galvão¹; Mariana Felin Cerezer¹; Fabiani de Vargas¹; Bibiana Leticia Nogara¹; Jarbas da Silva Ziani¹; Camila da Silva Riterbusche¹; Márcia Gabriela Rodrigues de Lima²

¹Universidade Franciscana, Santa Maria - RS;

²Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria, RS

*Contato: galvaomileny@gmail.com

Justificativa e objetivos: A tuberculose (TB) é um problema de saúde pública mundial e uma das principais causas de óbitos no mundo. Possuindo um grande estigma devido às condições socioeconômicas e de saúde dos acometidos pela doença, a TB tem seu avanço agravado pela fácil disseminação. Sendo a População Privada de Liberdade (PPL) prioritária dentre os

cenários para contenção da doença, dadas às vulnerabilidades nas unidades prisionais devido a fatores como a superlotação, insuficiência dos serviços de saúde penitenciária, falta de saneamento básico e as más condições de iluminação e ventilação das celas que contribuem para o adoecimento e disseminação de doenças como a TB. Objetivou-se relatar a experiência dos autores em uma ação de rastreamento para tuberculose pulmonar no Presídio Regional de Santa Maria/RS (PRSM). Métodos: Trata-se de um relato de experiência da ação de rastreamento para tuberculose pulmonar por meio da coleta de escarro, realizada no PRSM, sendo uma iniciativa da Política HIV/AIDS/ISTS e do Setor de Tuberculose do município de Santa Maria/RS. As coletas ocorreram nos dias 01 de Junho e 02 de Julho de 2022. Ao todo foram encaminhadas 280 amostras ao laboratório no Setor de tuberculose que realizou o diagnóstico utilizando o teste rápido molecular para tuberculose (TRM-TB) como metodologia, este possui alta sensibilidade e especificidade. Resultados: Para essa ação de rastreamento, realizou-se contato prévio com a gestão do presídio para que a logística de segurança e estrutura fosse organizada, a fim de que todos os detentos passassem por coleta de escarro, independente de apresentarem sintomas de tosse ou não. A ocorrência da Tuberculose dentro dos presídios ainda hoje é considerada um problema de saúde pública, o ambiente é favorável à disseminação da infecção. Entretanto, essa situação não se limita apenas aos detentos, pois também atinge a comunidade com a qual se relacionam: familiares e funcionários dos presídios, durante e após a detenção. Por conta dessa fragilidade no sistema penitenciário é essencial que ocorram ações de busca ativa na população privada de liberdade, com o objetivo de identificar precocemente, iniciar o tratamento, interromper a cadeia de transmissão e reduzir a incidência da doença. No ano de 2022, período de Janeiro a Junho, haviam sete pacientes realizando tratamento para tuberculose dentro do PRSM, após a ação de rastreamento foram diagnosticados seis novos casos. No mês de Agosto, a lotação desta Unidade prisional estava com um quantitativo de 234 homens e 65 mulheres, totalizando 301 detentos, resultando na média de 10 a 12 detentos por cela. Quando questionados sobre o conhecimento dos sinais, sintomas e forma de transmissão da TB, muitos ainda desconhecem. Além do aspecto físico, o pouco conhecimento sobre os sintomas e formas de transmissão, a falta de acesso ao diagnóstico e tratamento e o estigma e preconceito sobre a doença fazem com que o controle da TB seja ainda mais difícil nesse cenário. Conclusão: Diante disso, a realização de ações que visem rastrear os casos novos de tuberculose pulmonar minimiza os riscos de disseminação da doença dentro e fora do ambiente carcerário, mas também oportuniza o tratamento precoce, evitando o agravamento do quadro clínico de cada paciente.

Palavras-chave: Controle; Infecção; Saúde Pública.

TRIAGEM ODONTOLÓGICA DE



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



PRIORIDADES DA POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE NA UBS PRISIONAL DE RIO GRANDE/RS

Lilian Julio Gonçalves¹; Luciane dos Santos Zedradek¹; Maria da Penha da Rosa Silveira¹; Edilon da Matta Talaier¹; Eduardo B Mascarenhas¹; Eliana Castro da Silva¹; Paulo Rogério Teles Saraiva¹; Deise Rosa Ortiz¹.

¹ Prefeitura Municipal do Rio Grande. Secretaria de Município da Saúde. Unidade Básica de Saúde Prisional. Penitenciária Estadual do Rio Grande - PERG

*Contato: lilian.goncalves@riogrande.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: Trata-se de uma triagem odontológica de prioridades da População Privada de Liberdade (PPL), realizada pela Equipe de Saúde Bucal, da UBS Prisional, localizada na Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG), no período de 30/08/2021 a 03/09/2021. O objetivo se deu pela necessidade do acesso ao serviço de saúde bucal ser gerenciado pela equipe de saúde, tendo em vista as dificuldades de acessar o serviço de odontologia. Desta forma, buscamos alicerçar os meios para atingir a equidade prevista no Sistema Único de Saúde, garantindo a todos os PPL a oportunidade de atendimento odontológico. Métodos: A triagem foi realizada através do planejamento das PPL, feminino e masculino, divididos por pavilhões, celas e trabalhadores. Após, foi feito o exame odontológico visual, realizado nas salas de aula, onde se utilizou uma luz artificial de baixa intensidade e um abaixador de língua, identificando o número de restaurações e exodontias a serem realizadas, o quantitativo de próteses e aparelhos ortodônticos, doença periodontal e edentados. Logo em seguida as prioridades foram classificadas por cores: vermelho para a necessidade de atendimento com mais de uma extração e mais de uma restauração caracterizando urgência no atendimento; amarelo para restaurações pequenas, podendo aguardar por um determinado período; e verde para atendimentos que necessitam de uma profilaxia na qual pode ser acompanhado anualmente. Cabe salientar que o grau de prioridades se deu de acordo com a situação da saúde bucal de cada pessoa. Destaca-se que a participação das PPL no levantamento epidemiológico, não foi compulsória, respeitando desta forma a livre vontade de cada um. No entanto, todos os indivíduos foram orientados que a atividade era de suma importância, para traçar o diagnóstico odontológico e o mapeamento desta população, a fim de permitir o acesso igualitário. Resultados: Obtivemos 98% da população avaliada (649 pessoas) e 2% recusas (13 pessoas). Em relação a população feminina as prioridades de atendimento foram: 19,4% classificadas em cor vermelho; 32,0% em cor amarelo e 48,6% em cor verde. No que se refere ao quantitativo de aparelhos e próteses, 11% usavam aparelhos, 18% usavam próteses dentária; já as pessoas com doença periodontal e edentados os dados totalizaram 6% e 1%, respectivamente. Na população masculina as prioridades de atendimento foram: 26,2% em cor vermelho, 26,7% em cor amarelo e 47,1% em cor

verde. Em relação ao quantitativo de aparelhos e próteses, 5% usavam aparelho e 4,5% usavam prótese dentária; já as pessoas com doença periodontal e edentados os dados totalizaram, 3% e 1,3%, respectivamente. Nesse período o qual foi realizado a triagem é possível identificar o total de 598 dentes a serem extraídos e 217 dentes a serem restaurados. Conclusão: Considera-se que com a triagem odontológica de prioridades da PPL da PERG, foi possível obter o diagnóstico populacional e realizar o mapeamento das principais necessidades de atendimento. Desta forma, o gerenciamento do fluxo de atendimento pela Equipe de Saúde Bucal, organizou o acesso e as intervenções odontológicas na UBS Prisional. Cabe salientar que esse trabalho se mantém de forma contínua, com a avaliação odontológica, diariamente, na porta de entrada das PPL na instituição prisional, mantendo o agendamento com o grau de prioridades por cores estabelecidas pela equipe.

Palavras-chave: Pessoas Privadas de Liberdade; Saúde Bucal.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA MENORES EM CONFLITO COM A LEI: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fabiani de Vargas¹; Márcia Gabriela Rodrigues de Lima², Mariana Felin Cerezer¹; Camila da Silva Riterbusche¹; Raysa Moreira¹; Mileny Rosalina Galvão¹; Giuliane Ramos Londero¹; Jarbas Ziani¹; Tanise Santini¹.

¹Universidade Franciscana, Santa Maria - RS;

²Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria, RS;

*Contato: politica.hiv.sm@gmail.com

Justificativa e objetivo: Adolescentes considerados como menores em conflito com a lei, são todos os jovens entre 12 e 18 anos de idade a quem se designou ato infracional, ou seja, conduta tipificada como crime ou contravenção penal na legislação brasileira, estando este submetido a medidas socioeducativas após oficialmente julgado infrator da lei. Apesar disso, é sabido que a maioria dos jovens tem desejo de conhecer o novo e o sentimento de invulnerabilidade os leva a testar limites. Muitos deles não possuem em seu cotidiano acesso a bens e serviços: culturais, sanitários, sociais e de saúde, o que favorece sua vulnerabilidade e influência no seu modo de vida. Objetivou-se descrever as atividades realizadas em rodas de conversa com adolescentes em conflito com a lei, abordando as temáticas: sexo, sexualidade e prevenção do HIV e outras ISTs. Métodos: Trata-se de um relato de experiência de alunos de residência, pelo campo de estágio do Programa de Residência Multiprofissional com Ênfase em Infectologia e Neurologia, da Universidade Franciscana, em três rodas de conversas realizadas com adolescentes abrigados no Centro de



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



Atendimento Socioeducativo (CASE) e no Centro de Atendimento em Semiliberdade (CASEMI), no município de Santa Maria/RS, entre Maio e Junho de 2022. Resultados: As rodas de conversa são espaços de educação em saúde realizados pela Política HIV/AIDS/ISTs e Hepatites Virais da Secretaria de Saúde de Santa Maria. Participaram dessas atividades no CASEMI: 02 adolescentes, um com 17 anos e outro com 18 anos; no CASE: foram 21 adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos de idade, do sexo masculino. Foram abordadas as temáticas sobre as alterações no crescimento e desenvolvimento corporal, provocado pela cascata hormonal do período, alteração na voz, crescimento de pêlos e órgãos genitais; sobre o respeito à orientação sexual e a identidade de gênero de cada um; tratou-se sobre a responsabilidade conjunta que envolve a paternidade na adolescência; abordou-se sobre a importância do diagnóstico precoce do HIV, Sífilis e Hepatites B e C por meio de testes rápidos e, tangencial aos métodos de prevenção, realizou-se uma oficina prática para demonstração da forma correta de colocar nos órgãos genitais (pênis e/ou vagina); os métodos de prevenção de barreira para as ISTs, tais como: preservativos interno, externo e gel lubrificante; e os métodos farmacológicos para prevenção do HIV, que configuram-se a Profilaxia Pré e Pós- Exposição. Diante desse cenário, os jovens infratores necessitam de atenção específica por parte de políticas públicas para promoção da saúde e prevenção de doenças, especialmente àquelas transmitidas por via sexual, além de ações educativas acerca da sexualidade. Alguns recebem o direito à visita íntima, o que demonstra que a vida sexual não tem uma pausa quando inseridos na condição de internamento; outros mantêm relações sexuais com os demais internos. Conclusão: Portanto, a vulnerabilidade dos adolescentes em conflito com a lei favorece sua exposição aos riscos, seja no aspecto social, quanto na saúde, pois mesmo reconhecendo a importância da prevenção de doenças, não costumavam promover o autocuidado de sua saúde, focando, com frequência em recompensas ou prazeres imediatos. Então, ações de cunho educativo podem auxiliar na mudança gradativa dessa rotina do ambiente no qual estão inseridos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Sexual; Adolescente Institucionalizado; Infecções Sexualmente Transmissíveis.

CÍRCULOS DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA AOS SERVIDORES

PENITENCIÁRIOS DA 2ª DELEGACIA PENITENCIÁRIA REGIONAL

Lidiane Luiz de Oliveira¹; Vera Lúcia Biasin¹

¹ Superintendência dos Serviços Penitenciários, RS.

*Contato: lidiane-oliveira@susepe.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: A prisão traz sérios riscos para a saúde física e mental de todos que nela circulam, inclusive para seus trabalhadores. Estudos realizados pela Seção de Atendimento ao Servidor da SUSEPE – SASS evidenciam um alto índice de procura por atendimento psicológico devido ao estresse em decorrência do trabalho e dificuldades no exercício funcional. Assim, o cuidado em todas as etapas da carreira profissional é fundamental para prevenir e tratar questões de saúde, bem como desenvolver estratégias que proporcionem uma maior qualidade de vida. A SASS, da 2ª Delegacia Penitenciária Regional, atenta para a última etapa da carreira profissional, criou o Projeto de Preparação para a Aposentadoria. Esse Projeto visa construir espaços seguros de escuta, que possibilitem o diálogo e a reflexão sobre essa importante etapa na vida dos servidores penitenciários. O objetivo é oportunizar a reflexão, o planejamento e a busca de alternativas saudáveis e prazerosas para suas vidas com a aposentadoria. Métodos: O Projeto surgiu a partir de um levantamento quantitativo do número de servidores em final de carreira, ou seja, a menos de dois anos para solicitar a aposentadoria, que apontou aproximadamente 25 servidores na região de Santa Maria. A atividade é fundamentada na Justiça Restaurativa com a metodologia dos Círculos de Construção da Paz, seguindo os princípios e os fundamentos legais da Organização das Nações Unidas, das resoluções do Conselho Nacional de Justiça, além dos Protocolos de Cooperação Interinstitucional do Estado do Rio Grande do Sul. Utiliza-se como base os valores de cada participante, as diretrizes que são criadas pelo grupo, construindo uma interconexão entre as pessoas, o que possibilita segurança para falar das suas histórias, seus sentimentos e necessidades decorrentes dessas vivências. O primeiro círculo ocorreu em maio de 2022, trata-se de um grupo aberto, com uma periodicidade mensal. Resultados: Os encontros contam com uma média de seis servidores participantes. O Projeto foi planejado até o mês de dezembro de 2022, quando será reavaliado pelo grupo sobre a sua continuidade. Esse trabalho é inovador e desafiador, por se propor a dialogar, a refletir e a construir outras perspectivas e possibilidades na vida de cada trabalhador. Conclusão: O acolhimento e a escuta dos servidores é uma função básica da SASS. A aposentadoria é uma das fases da vida adulta, findando uma etapa da carreira profissional, mas assumindo significados diferentes para cada trabalhador. Verificamos, nos relatos dos participantes, que a oportunidade de ter um espaço seguro de escuta, de reflexão e de diálogo, fortalece o olhar para o autocuidado com a saúde integral, ou seja, física, emocional, cognitiva/mental e espiritual. O compartilhar desse autocuidado com os demais colegas, incentiva e encoraja a busca de novas



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



atividades para suas vidas. Proporcionar espaços de cuidado, preparando os servidores penitenciários para a aposentadoria, considerando as individualidades e peculiaridades, é também uma responsabilidade da instituição. A vida é feita de fases, uma contínua transformação. Cada etapa tem suas características, interesses, possibilidades, limitações e novos aprendizados.

Palavras-chave: Círculos de Construção da Paz; Preparação para a Aposentadoria; Servidor Penitenciário.

GRUPO COM AGENTES PROMOTORES DA SAÚDE NO CONTEXTO PRISIONAL

¹Marcela Haupt Bessil

¹Psicóloga, Membro do CCAP-TB BRASIL, Mestra em Psicologia, Servidora do Ministério da Saúde.

*Contato: celahb@gmail.com

O presente trabalho busca trazer a experiência da realização de um Grupo com Apenados Agentes Promotores de Saúde dentro de uma casa prisional do Rio Grande do Sul. A justificativa para a realização desse grupo teve como embasamento teórico a Portaria Interministerial 1777, de 09 de setembro de 2003 que tratou sobre metas e ações de saúde dentro do contexto prisional. O objetivo do grupo foi trabalhar com os agentes promotores de saúde, dentro das casas prisionais onde eles se encontram cumprindo pena restritiva de liberdade e desempenhando essa atividade. Acredita-se que informando agente promotor de saúde das galerias, consiga-se sensibilizar os outros apenados em relação às questões de prevenção, tratamento de saúde e redução de danos dos que se encontram encarcerados. Método: Os apenados que recebiam a titulação de "agentes de saúde" dentro das galerias de uma casa prisional do estado do Rio Grande do Sul formam convidados a participar do grupo. O grupo foi coordenado por uma psicóloga e contou com a participação de uma assistente social. Os encontros aconteceram nas salas de aula que ficam dentro dos presídios (o maior espaço que comporta a reunião de grupos). Por isso a importância de que sejam acordados a sistemática e a periodicidade, pois mexe com toda a organização dos espaços dentro de uma prisão, além de mobilizar agentes que possam conduzir os apenados até esse espaço. Buscou-se possibilitar um espaço para se esclarecer dúvidas sobre o uso de drogas, a redução de danos, HIV/AIDS/DST's, Tuberculose, hepatites entre outras doenças que o grupo julgou necessárias abordar e que fazem parte da realidade da população do sistema penal. Além do confinamento, outros fatores de risco como a marginalização social, a dependência de drogas, o baixo nível sócio-econômico e as precárias condições do serviço de saúde contribuem para alta prevalência observada dessas infecções. Isto constitui um problema de saúde pública em potencial, uma vez que o sistema penal pode funcionar com um "concentrador" destas infecções e, portanto, com um foco de dispersão para a população geral. Então, fazendo este grupo com os agentes de saúde, buscou-se desmitificar algumas questões em relação a

essas doenças, e espera-se que dessa forma exista uma maior adesão aos tratamentos. Pois, muitas vezes os tratamentos são descontinuados por opção do apenado, as condições de saúde dos portadores são prejudicadas pela falta de cuidados necessários, o ambiente de superlotação e precárias condições de higiene agrava o desenvolvimento de outras doenças. Sendo assim, acredita-se que foi possibilitado um espaço para se esclarecer dúvidas sobre HIV/AIDS, DST's, Tuberculose, hepatites entre outras doenças que o grupo julgou necessárias abordar e que fazem parte da realidade da população do sistema penal. Desta forma, coube ao relato dessa experiência proporcionar maior visibilidade a esta questão, promovendo a discussão da problemática, na tentativa de ativar uma discussão em relação a atenção à saúde das pessoas que estão sob tutela do Estado, tentando diminuir a vulnerabilidade do sistema prisional no que tange o tratamento dado a esta questão.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Educação em Saúde; Agentes Promotores de Saúde.

PORTA DE ENTRADA: TRABALHO DIÁRIO DA UBS PRISIONAL DE RIO GRANDE

Eder Gonçalves Portes¹; Cleber Monteiro de Avila¹; Maria da Penha da Rosa Silveira¹; Jose Álvaro Pinhão Pereira¹; Carla Roberta S.T. Alvarez¹; Walter Luís Anastácio Acosta¹; Alessandra da Silva Alves¹; Eduardo Rodrigues Nunes¹

¹Prefeitura Municipal do Rio Grande. Secretaria de Município da Saúde. Unidade Básica de Saúde Prisional. Penitenciária Estadual do Rio Grande
*Contato: edersms@riogrande.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: O presente trabalho tem por objetivo apresentar a prática realizada na Unidade Básica de Saúde Prisional do município de Rio Grande localizada no interior da Penitenciária Estadual de Rio Grande. Esta ação tem por meta o acolhimento e a triagem de todas as Pessoas Privadas de Liberdade que chegam na instituição prisional, a fim de identificar, rastrear e controlar precocemente os principais agravos de saúde desse território. Visando desta forma a promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento, controle e recuperação de agravos identificados no ambiente de confinamento. A PPL apesar da restrição do direito de ir e vir, conservam seus demais direitos fundamentais, principalmente o direito a saúde que deverá ser protegida e garantida pelo Estado. Através da Porta de Entrada resgatamos os direitos e princípios do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. Método: Com ações de atenção integral básica é ofertando consulta de enfermagem, avaliação de saúde mental e a triagem odontológica, no período inicial deste indivíduo no ambiente carcerário. Usamos um formulário com tópicos norteadores que abordam aspectos sociodemográficos e de saúde como: avaliação de sinais vitais, medidas antropométricas, queixas, avaliação de lesões, antecedentes de saúde, tratamentos realizados, comorbidades familiares e



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



imunizações. Além disso, é realizada a testagem rápida para as IST's, rastreamento para TB e testagem para COVID-19 nos sintomáticos respiratórios, solicitação de exames laboratoriais e mantido assistência farmacêutica conforme necessidade apresentada em cada atendimento. Diariamente com busca ativa a equipe de enfermagem percorre o espaço comum dos pavilhões monitorando todos presos recém-chegados independentes da existência ou não de problemas clínicos. Resultados: Atualmente a população da Penitenciária Estadual de Rio Grande é de 853 presos. Nos últimos 05 anos até o presente momento já foram realizados 5254 entrevistas de Porta de entrada e 14.169 testes rápidos para IST's, destes foram identificados 51 casos novos de HIV, 300 casos novos para Sífilis, 104 casos novos de hepatite C e 05 casos novos de hepatite B. Também foram realizados 3567 exames para investigação de tuberculose que resultaram a identificação de 240 casos. Em todos os casos diagnosticados foram ofertado tratamento. Conclusão: A importância da porta de entrada, garante que todos pacientes atendidos tenham a assistência de saúde e sejam sistematicamente avaliados com intuito de identificação de doenças como hipertensão, diabetes, DST's e outras doenças transmissíveis e aqueles que durante o processo por ventura foram identificados algum agravo recebam o tratamento adequado. O comprometimento deste trabalho garante a melhor qualidade de vida a toda população privada de liberdade prevenindo e tratando as doenças deste ambiente assim como contribuir para controle dos indicadores do município.

Palavras-chave: Pessoas Privadas de Liberdade; Saúde; Trabalho.

PENITENTIARY AS MAIN ELEMENT IN THE MAINTENANCE OF TUBERCULOSIS IN A REGIONAL HEALTH DEPARTMENT

Nathan Guilherme de Oliveira^{1,3}; Bruna Eduarda Bortolomai^{2,3}; Lavínia Cássia Ferreira Batista^{2,3}; Ida Maria Foschiani Dias Baptista^{1,3}.

¹São Paulo State University (Unesp), Medical School, Botucatu, São Paulo; ²São Paulo State University (Unesp), Science School, Bauru, São Paulo; ³Lauro de Souza Lima Institute (ILSL), Bauru, São Paulo
*Contato: ng.oliveira@unesp.br

Justification and Objectives: The use of geospatial approaches in the study of tuberculosis (TB) has been increasing in the last two decades. As a disease with heterogeneous distribution, these studies contribute to the identification of particular aspects related to the disease in investigated territories, contributing to the development of prevention, surveillance, and control strategies. In this sense, using geospatial analysis, we aimed to investigate economic and demographic aspects associated with the prevalence and incidence of TB in the Department of Health VI (Departamento Regional de Saúde VI in Portuguese – DRS VI)

of the State of São Paulo. **Methods:** Exploratory ecological study was carried out using data from the Notifiable Diseases Information System (SINAN) of the 68 municipalities belonging to DRS IV between 2014 and 2018. A geographical epidemiological database was constructed on Microsoft Excel® with the following variables: (i) number of new TB cases; (ii) Social Vulnerability Index (SVI), (ii) Municipal Human Development Index (MHDI); (iii) Homicide rate; (iv) Population density; (v) Resident population; and (vi) Prison Units (PUs) localization. The data was collected in October 2021 on the website of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, Ministry of Health, and Institute of Applied Economic Research. The data was submitted to a spatial autocorrelation analysis using the Local Moran's Index on the software GeoDaTM, considering significant a $p < 0,001$. The Q-Gis (Development Team/2021) and EpiInfoTM software were also used to analyze the data. **Results:** The most frequent incidence and prevalence rates on the DRS VI were 36.2 to 85.1 (48.5% of the municipalities) and 100.5 to 191.8 (42.6% of the municipalities) per 100.000 inhabitants, respectively. The higher incidence (Upper outlier $>44.8/100.000$ inhabitants) and prevalence (Upper outlier $>392.0/100.000$ inhabitants) rates were observed in seven municipalities: Balbinos, Cerqueira César, Getulina, Iaras, Pirajuí, Reginópolis and Taquarituba, all with PUs of the Penitentiary type. Avaí, Bauru, Itaí and Lins were municipalities with Centers of Custody, Penitentiary Progression, or Provisory Detention and had the same incidence and prevalence rates as the municipalities without PUs. The sociodemographic variables demonstrated that the DRS VI had a higher proportion of municipalities classified as low SVI (52.9%) and high MHDI (45.5%). The Homicide rate and Populational density had a heterogenous distribution. There was no significant spatial autocorrelation between the sociodemographic variables and TB incidence and prevalence rates. **Conclusion:** The Penitentiary was the main element found in the study areas with the maintenance of TB transmission. The literature suggests that this may be related to longer incarceration time, and therefore contributes to internal transmission and also to the general population. For the effective control of TB in the state of São Paulo, it is necessary to implement actions and expand studies at PUs.

Keywords: Epidemiology; Spatial Analysis; São Paulo, Tuberculosis.

AÇÕES EXTENSIONISTAS NO PRESÍDIO ESTADUAL FEMININO DE RIO PARDO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA FISIOTERAPIA

Djennifer Raquel da Rosa¹; Flávia de Oliveira Regio¹; Juliete Job Sperb¹; Tatiana Limberguer Peixoto¹; Lia Gonçalves Possuelo¹; Patrícia Oliveira Roveda¹

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul, RS.
*Contato: djenniferaquela62@gmail.com



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



Justificativa e Objetivos: O sistema prisional apresenta déficits estruturais e relacionados à saúde das pessoas, os quais podem causar danos físicos e psicológicos, o que implica diretamente no aumento de agravos à saúde e de situações de vulnerabilidade. As ações extensionistas voltadas à população carcerária incentiva a educação em saúde, tornando-se uma rede de apoio e um conjunto de ações de promoção, assistência e cuidado vislumbrando qualidade de vida (QV) e ressocialização. Por meio do Programa Nacional de Reorientação Profissional em Saúde (PRO-SAÚDE), docentes e estudantes do Projeto de Extensão Acessibilidade e Saúde: interdisciplinaridade em ação da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, desenvolvem atividades junto a populações vulneráveis, dentre elas mulheres privadas de liberdade. Este estudo objetiva relatar as atividades com mulheres no Presídio Estadual de Rio Pardo/RS. Métodos: Trata-se de um relato de experiência da equipe dos referidos Projetos de Extensão da UNISC no Presídio Estadual Feminino de Rio Pardo/RS, no período de julho a setembro de 2022. As ações são executadas por docente e estudantes da Fisioterapia, as quais realizaram avaliação fisioterapêutica individualizada das apenadas que aceitaram participar. Foram coletados dados gerais e aplicado o Questionário de Pittsburgh (avalia a qualidade do sono); International Consultation on Incontinence Questionnaire – Short Form (ICIQ-SF) (identifica a frequência de perda urinária, o volume da perda e o quanto interfere na vida), além do levantamento do número de gestações, filhos, tipo de parto e tempo da última gestação. Nas terças-feiras são planejadas e realizadas ações de educação e promoção de saúde com oficinas de cinesioterapia e mecanoterapia, estas têm duração de 30 a 45 minutos com cada grupo e são realizados aquecimentos, alongamentos, fortalecimentos, relaxamento e atividades recreativas com intuito de diminuir as consequências do sedentarismo e atividades laborais, além de promover interação e espírito de coletividade. Resultados: Nas oficinas participaram 47 mulheres nos treze encontros, com idade média de 33,4 anos (DP=10,09). No Questionário Pittsburgh, 4 mulheres avaliaram a qualidade do seu sono em muito bom, 31 em bom, 9 em ruim, e 3 em muito ruim. Dentre as avaliadas, 25 faz uso de medicação contínua para dormir, ou seja mais de 50%. No ICIQ- SF foram avaliadas 39 apenadas, sendo que 34 nunca tiveram perda urinária. Quanto a vivência da maternidade, das 34 mulheres que têm filhos, 91,1% tiveram de uma a três gestações e 8,8% de cinco a oito gestações, sendo 50% delas de parto cesárea, 29,4% parto normal e 20,5% vivenciaram os dois eventos. Cinco mulheres tiveram aborto no período gestacional. O tempo da última gestação variou de 1 a 36 anos. Durante a gestação, 31 relataram não ter perda urinária, enquanto 6 tiveram e 2 após o parto. Constata-se diferentes condições de saúde entre o grupo heterogêneo. Conclusão: Estar dentro de um presídio com mulheres privadas de liberdade tem sido uma grande experiência e aprendizado a toda a equipe. Cumprir com o juramento de profissional da

saúde com alegria e zelo, promovendo bem-estar e QV, além de momentos de troca e descontração em que os termos esperança e liberdade são cotidianos e propicia reflexão individual e coletiva torna a formação em saúde ainda mais humanizada e comprometida com os diferentes contextos sociais em que se atua, uma vez que cada história de vida é única e requer respeito.

Palavras-chave: Atenção à saúde; Fisioterapia; Qualidade de vida; Vulnerabilidade.

SAÚDE MENTAL NAS PRISÕES FEMININAS BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Marli Marlene Moraes da Costa¹; Georgea Bernhard²

¹Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Professora da Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul-RS- UNISC.

²Mestranda em Direito pela UNISC, com bolsa PROSUC/CAPES, modalidade II. Pós-graduada em Ciências Criminais pela PUC/MG

*Contato: E-mail: marlim@unisc.br

Justificativa e Objetivos: O Brasil é o quarto país no mundo que mais aprisiona mulheres, perdendo apenas para os Estados Unidos, China e Rússia. No período de 2000 a 2016, a taxa de aprisionamento feminino disparou para 455% no Brasil, atingindo em junho de 2016 o total de 42 mil mulheres em situação de privação de liberdade. O aspecto conjuntural do sistema prisional se acentua sob o recorte de gênero, onde as mulheres são submetidas à um modelo carcerário pensado e construído para os homens, resultado de uma construção patriarcal. Sabe-se que a precariedade e a insalubridade dos complexos prisionais são uma realidade presente no cotidiano das mulheres e tais circunstâncias agravam ainda mais os reflexos do cárcere. É sob essa perspectiva que se busca averiguar de que forma a conjuntura carcerária colabora para intensificar os problemas de saúde mental feminina, analisando os aspectos que acentuam esse cenário. Resultados: os altos níveis de presos com transtornos psicológicos e sintomas depressivos despertam a atenção pelo contexto de invisibilização das demandas carcerárias no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, se observa a prevalência de estresse entre as mulheres encarceradas de 57,9% contra 35,8% dos homens e sintomas depressivos moderado e grave entre 47,1% no público feminino contra 31,1% do público masculino, neste aspecto, a referida pesquisa examinou a importância de preservar os vínculos familiares durante o cárcere, a fim de regular as questões relativas ao estresse. Do mesmo modo, se observou em uma Penitenciária Feminina do Rio Grande do Sul que, a oportunidade laborativa nas prisões, refletiu positivamente na vida das mulheres, a fim de protegê-las contra o ócio e consequentemente, o agravamento de questões psíquicas. No contexto carcerário dos presídios de Santa Catarina, se vincula o agravamento da saúde mental das mulheres presas como



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



consequência da precariedade do sistema prisional, em decorrência da insalubridade presente neste cenário, como a superlotação que as obriga a dormirem juntas na mesma cama, à escuridão das celas, sem ventilação e condições mínimas de higiene, má alimentação, sedentarismo, à proibição de exposição à luz solar, entre outros fatores que corroboram para o sentimento de solidão e tristeza. Conclusão: a vulnerabilidade das mulheres encarceradas é notória no sistema prisional, uma vez que demonstram uma pré-disposição maior, em comparativo com os homens, aos efeitos psíquicos das prisões. Para tanto, a criação de políticas públicas de enfrentamento aos aspectos recorrentes da saúde mental feminina se faz imprescindível, a fim de possibilitar um cumprimento de pena digno e assim, disponibilizar os meios necessários para a ressocialização da mulher.

Palavras-Chave: Cárcere; Mulheres; Saúde Mental.

PROJETO PROCURA-C: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laura Telles Gomes¹; Carla Garcia Machado¹; Maria da Penha da Rosa Silveira²; Edilon da Matta Talaier²; Cleber Monteiro de Ávila²; Éder Gonçalves Portes²; Fabiane Ferreira Francioni¹; Marcelo da Costa Sais³

¹Universidade Federal do Rio Grande, RS;

²Prefeitura Municipal de Rio Grande. Secretaria de Município da Saúde.

Unidade Básica de Saúde Prisional, RS;

³Penitenciária Estadual de Rio Grande (PERG) 5ª DPR-SEAPEN/SUSEPE,

RS *Contato: lauratellesgomes@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: A Hepatite C (HCV) caracteriza-se por um processo inflamatório persistente no fígado, transmitido por contato com sangue contaminado, pelo compartilhamento de agulhas, seringas, material para tatuagens, relações sexuais desprotegidas ou, ainda, de mãe para filho. A transgressão da doença é silenciosa, por isso, seu diagnóstico é, muitas vezes, realizado na fase crônica. A população carcerária torna-se suscetível a certas infecções, incluindo o HCV, devido a condições de confinamento, superlotação, violência, baixo nível socioeconômico, que podem induzir os detidos a praticar hábitos não saudáveis. Nesse contexto, o presente trabalho objetivou apresentar um relato de experiência, relacionado ao projeto Procura-C no Sistema Prisional, aplicado pela equipe de saúde prisional na População Privada de Liberdade (PPL) da Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG). Métodos: A aplicação do projeto se estendeu de julho a agosto de 2022. Primeiramente, foi realizada capacitação das equipes que realizaram as testagens, composta por 15 profissionais de saúde e 12 alunas da graduação de Enfermagem, da Escola de Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande, ligadas ao

Grupo Viver Mulher. Depois, os testes foram realizados, assim como, o registro dos resultados no sistema de informação da rede municipal (G-MUS), impressão e organização por celas e entrega destes. Por fim, o encaminhamento dos casos positivos coinfectados HCV/HIV para o Serviço de Atendimento Especializado (SAE) – Infectologia, com a dispensação pela UDM do HU/FURG-EBSERH, e os mono infectados serão tratados pela UBS Prisional. As escalas de atuação foram organizadas conforme disponibilidade de horários e aprovação da equipe de saúde da UBS Prisional. Durante a testagem, foi aplicado questionário, com questões sociodemográficas e relacionadas ao tipo de teste, específico do protejo. Resultados: Foram testadas 100% das PPL, correspondendo o total de 762 indivíduos, dos quais 729 (95,7%) foram por testagem rápida utilizando o OraQuick HCV - Fluido Oral, e 33 (4,3%) por teste capilar. Identificou-se um total de 19 (2,5%) detentos positivos para HCV, sendo 3 (15,8%) deles por coinfeção HCV/HIV. O primeiro dia de testagem, para a maioria das graduandas, foi o mais desafiador, por nunca terem visitado um presídio e pela ansiedade e insegurança referentes ao início do trabalho. No entanto, a recepção das equipes de saúde e da SUSEPE, o aumento da confiança por estarmos acompanhadas pelos agentes penitenciários e a percepção de que são seres humanos, tornou a experiência mais leve. A primeira etapa foi concluída em oito dias de trabalho, tempo suficiente para adquirir segurança e aprimorar a prática de enfermagem nesse território. As próximas etapas transcorreram sem grandes dificuldades, apesar do grande número de testes. Conclusão: Participar de um projeto no sistema prisional e, principalmente, na graduação, amplia a experiência na formação profissional em Enfermagem, desmistificando a atuação do enfermeiro na saúde prisional. O número positivo de infectados por HCV demonstra a necessidade de um trabalho contínuo, sendo necessário desenvolver atividades de educação em saúde junto à comunidade prisional.

Palavras-chave: Doenças Transmissíveis; Enfermagem; Hepatite C; Prisões.

ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL DE PACIENTE EM PRISÃO DOMICILIAR ATENDIDA NA ATENÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thaysi Carnet Figueiredo¹; Laurem Souza Talhaferro Marques²; Julia Lazzari Rizzi³

¹ Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, RS,

² Universidade Federal do Pampa, RS;

³ Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul – APESC, RS.

*Contato: thaysicf@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: Pacientes privados de liberdade, sob regime de prisão domiciliar, devem ser acompanhados pela



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) da área de abrangência de seu domicílio. As restrições, decorrentes da privação de liberdade, ocasionam em adaptação da equipe, para que a atenção à saúde permaneça de forma integral e equânime. Neste contexto, surge o acompanhamento nutricional como estratégia de abranger todos os aspectos da saúde desses pacientes. Objetivou-se relatar a experiência de uma nutricionista que realizou acompanhamento nutricional domiciliar à paciente privada de liberdade. Métodos: Trata-se de um estudo descritivo, com o relato de experiência de uma nutricionista residente, a respeito do acompanhamento nutricional prestado a paciente privada de liberdade, sob prisão domiciliar, vivenciado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul/BR. Realizado durante a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva, em atuação na atenção primária à saúde, no período entre julho de 2020 e dezembro de 2021, em meio a pandemia da COVID-19. O acompanhamento nutricional foi iniciado após encaminhamento médico da atenção especializada. Resultados: O contato inicial foi realizado por um representante da paciente. Na ocasião a família estava em isolamento domiciliar devido a sintomas gripais, fato que desencadeou a busca por meios alternativos de atendimento. Optando-se pelo teleatendimento, constatou-se que as pacientes eram duas mulheres, mãe e filha, privadas de liberdade, que estavam em prisão domiciliar devido a situação de saúde. O atendimento foi voltado às patologias da mãe, que apresentava histórico clínico de Anemia, Tuberculose com sequelas pulmonares, Fibromialgia, Hepatite C em tratamento na atenção especializada, Osteoporose e sinais e sintomas como aversão à água pura, dor epigástrica, náusea e êmese frequentes, obstipação, algia no quadril e úlceras na cavidade oral sob investigação de neoplasia. Com histórico de perda de peso, possível desnutrição, alimentação restrita com consistência pastosa/liquidificada e dificuldades financeiras. Na ocasião, foi possível a realização de orientações nutricionais quanto ao manejo alimentar possível para a redução dos sintomas. Realizou-se visita domiciliar após término do isolamento. Nesta, identificou-se que ainda permanecia em tratamento para Hepatite e com agravo nos sintomas. Foi possível discernir sobre o contexto residencial precário de higiene e estrutura do imóvel, situação que possivelmente afeta a saúde da paciente. Realizou-se a prescrição de suplemento alimentar, fornecido pelo SUS. Os atendimentos continuaram no domicílio e ESF, constatando-se que a paciente apresentou manutenção do peso, impedindo a progressão da desnutrição. Adaptou-se às orientações e apresentou boa aceitabilidade do suplemento prescrito, não só por questões de paladar, mas também financeira, já que tratou-se de um item alimentar que agregou valor e variedade às refeições sem onerar a família. Conclusão: Muitos são os desafios encontrados por pacientes sob prisão domiciliar, sendo exitosa a experiência de prestar acompanhamento nutricional à paciente, possibilitando o acesso ao cuidado integral e equânime.

Palavras-chave: Acesso aos Serviços de Saúde; Assistência Integral à Saúde; Atenção Primária à Saúde; Avaliação Nutricional.

SISTEMA PRISIONAL TOCANTINENSE: DESAFIOS DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Larissa Pereira do Nascimento¹ ; Cristiane Pereira Barbosa Almeida¹; Laís Pereira Santos¹

¹Universidade Federal do Tocantins;

*Contato: lara-pereira1@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: O presente artigo objetiva uma reflexão crítica sobre as nuances e desafios do Sistema Prisional Tocantinense, suas inflexões sobre o trabalho da equipe multidisciplinar e as relações sociais que perpassam por essa instituição. Levando em consideração as ideologias presentes no bojo do aparato do Estado, o modo de produção capitalista e todo o enlace de poder e dominação no seio dessa estrutura. Por entender que a pesquisa sobre o assunto, ganha destaque frente ao processo histórico que se vivencia na atualidade a partir da criação do órgão polícia penal. Bem como, analisa como a reintegração social está longe de ser materializada dentro destes espaços. Métodos: O estudo foi permeado pela pesquisa bibliográfica, a qual consiste em uma abordagem teórica acerca de autores que discutem a temática, fomentando a discussão nos diversos espaços de debate do serviço social, contribuindo para produção do conhecimento a respeito do assunto. Resultados: O encarceramento no Brasil tem suas complexidades, com viés punitivista, de criminalização da miséria, encarceramento dos mais pobres, em sua grande maioria negros, analfabetos e jovens. E a realidade tocantinense não é diferente a nível nacional, a população prisional do Estado também segue as mesmas características supramencionadas, pessoas que estão fora do mercado de trabalho, que tem envolvimento com roubos/furtos, envolvimento com drogas e tráfico de drogas, entre outros. No Tocantins, a maior população prisional está localizada na cidade de Palmas, capital do Estado, que concentra o maior número de pessoas privadas de liberdade, com um quantitativo de aproximadamente 752 pessoas. Onde muitos cumprem a pena longe de sua cidade e dos seus familiares, o que corrói e dificulta o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Fica evidente que os desafios situam no fazer e agir profissional da equipe multidisciplinar, de nível superior, pois conforme as áreas de formação, a atuação destes profissionais visa garantir os direitos das pessoas privadas de liberdade, conforme o preconizado na Lei de Execução Penal e nas normativas e legislações das diversas políticas sociais. Conclusão: A execução dos serviços no sistema prisional, no sentido de preparar o indivíduo para a liberdade e de proporcionar condições para sua harmônica reintegração social ainda tem muito a avançar. Principalmente no que tange a proteção social e acesso aos direitos inerentes ao público



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



privado de liberdade, que estão vivenciando o cárcere, bem como de pré- egressos e egressos, pois mesmo com os avanços constitucionais esses direitos ainda são muito fragilizados e negados para grande parte desta população em detrimento da priorização na área da segurança. Nesse sentido, o trabalho multidisciplinar está longe de ser o foco principal nas unidades penais.

Palavras-chave: Equipe Multidisciplinar; Reintegração Social; Sistema Penal; Trabalho Prisional.

ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA MULHER EM UMA UNIDADE PRISIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thaysi Carnet Figueiredo¹; Julia Lazzari Rizzi²; Laurem Souza Talhaferro Marques³; Emanuele Ambrós da Cunha⁴; Vivian Lobo Lemes Bitencourt⁵.

¹ Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, RS;

² Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul – APESC, RS;

³ Universidade Federal do Pampa, RS;

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS;

⁵ Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, RS.

*Contato: thaysicf@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: Estima-se que no Brasil 820 mil pessoas estejam privadas de liberdade. No Estado do Rio Grande do Sul 43.446 mil, e destas, 2.414 mil são do sexo feminino. Estudos evidenciam a vulnerabilidade das mulheres privadas de liberdade, que mesmo com medidas assistenciais, ainda permanecem fragilizadas frente aos direitos assegurados pelo Sistema Único de Saúde. As unidades prisionais, em sua maioria, não dispõem de unidades homologadas e estruturadas. Nestes casos, quando ocorrem problemas de saúde manifestados por sinais e sintomas agudos necessitam aguardar pela disponibilidade do médico assistente responsável ou são encaminhadas à serviços externos para avaliação por demanda espontânea. Por outro lado, nos casos em que a Unidade Prisional dispõe de equipe conforme prevista pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de liberdade, apresenta uma composição mínima de um médico, um enfermeiro, um técnico/auxiliar de enfermagem, um dentista e um técnico/auxiliar de saúde bucal. Essa equipe realiza atendimento de até 100 pessoas privadas de liberdade com carga horária mínima de seis horas semanais. Desta forma, são realizados prévios agendamentos com vistas a fornecer o direito ao acesso à saúde com abrangência de ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde. O presente trabalho, objetiva relatar uma experiência de assistência à saúde da mulher privada de liberdade. Métodos: Trata-se de um relato de experiência, vivenciado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, durante a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva, em atuação no setor de Saúde da Mulher, no segundo semestre de 2021. Pela ausência de estrutura física apropriada, o município disponibilizou uma unidade de saúde móvel

equipada para assistência de enfermagem, médica e odontológica pelo qual o setor realizava assistência semanal na Penitenciária Estadual do Município. Programou-se as seguintes intervenções destinadas aos exames rotineiros de rastreio para mulheres: testes rápidos para HIV, sífilis, hepatites B e C, exame clínico das mamas, coleta de exame citopatológico do colo uterino, além de aplicação da prática integrativa e complementar reiki. Resultados: Havia 36 mulheres privadas de liberdade na instituição, com faixa etária entre 18 e 54 anos. Foi realizado prévio agendamento para os atendimentos. Para os casos reagentes nos testes rápidos, o manejo seguiu os protocolos municipais. Os laudos dos citopatológicos do colo uterino foram enviados à análise e posteriormente entregue às usuárias, através de uma consulta de enfermagem. Conclusão: A experiência do cuidado às mulheres privadas de liberdade, em um ambiente desafiador acompanhado de rotinas específicas diferem dos cenários de atuação enfatizados durante a formação dos profissionais de saúde. A intervenção trouxe uma reflexão a respeito do vínculo profissional-usuário. Destaca-se o fundamento do cuidado centrado nas necessidades da mulher, utilizando como ferramenta o uso de tecnologias leves. Desta forma, a experiência com assistência às mulheres privadas de liberdade possibilitou a ampliação das habilidades para atuação em saúde coletiva, pois emergiu a necessidade de conhecimento sobre a temática, instigando a busca de desenvolvimento de habilidades que assegurem a garantia de acesso da população aos serviços de saúde e sua devida assistência equânime no sistema prisional.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Prisões; Saúde da Mulher.

POR DETRÁS DO MURO CINZA: CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO TRATAMENTO PENAL

Iarani A. Galucio Rocha Lauxen¹; Gisela Isolda Waechter Streck²; Katia Andrade Biehl³; Elivelton dos Santos⁴

¹ Superintendência dos Serviços Penitenciários, RS;

² Escola Superior de Teologia-Faculdades EST, RS;

³ ISEI- Instituto de Educação, RS;

⁴ Membro da Comissão da Jovem Advocacia da OAB de Sapucaia do Sul, RS.

*Contato: iarani-galucio@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: a Constituição Federal em vigor, no seu Art.5º inciso VII, “assegura, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva” e a Lei 7.210/84, mais conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), no seu Art.10 versa a “assistência ao preso e ao internado” como um dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Dentre as assistências previstas a pessoa privada de liberdade, está à assistência a saúde, social, material, educacional, jurídica e religiosa. A assistência religiosa por sua vez assume um viés importante e desafiador no bojo do projeto de tratamento penal



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



e embora esteja contemplada na LEP desde 1984, ainda hoje é pouco legitimada no sistema prisional. Diante disso, a pesquisa buscou investigar, como tem se dado a operacionalização da assistência religiosa às pessoas privadas de liberdade, no cumprimento do regime Semiaberto no Instituto Penal de São Leopoldo (IPSL), Estado do Rio Grande do Sul, e neste ínterim as contribuições desta no processo de “ressocialização” e reinserção social em observância ao cuidado com a dimensão da espiritualidade humana no tratamento penal. Métodos: A pesquisa foi realizada através de estudo de caso, apresentando variáveis numéricas, mas se destacando predominantemente qualitativa. Foram observadas as opiniões sobre a temática, por meio da aplicação de questionários com respostas abertas e fechadas, junto aos privados de liberdade, assim como as entrevistas prestadas pela direção do Departamento de Tratamento Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul, Delegado Penitenciário Regional da 1ª Região Penitenciária, onde está localizado o Instituto Penal de São Leopoldo (IPSL), local do estudo, Administrador do Estabelecimento Prisional, representantes das quatro denominações religiosas que prestam assistência no IPSL, dentre elas a Igreja Universal, Assembleia de Deus, Igreja Evangélica Luterana do Brasil- IELB, Pastoral Carcerária da Igreja Católica, uma pessoa privada de liberdade convertida ao Evangelho na prisão e um egresso do Sistema Prisional, por adesão voluntária. Os dados coletados nas entrevistas aparecem no texto dialogando com os conceitos apresentada na tríade assistência religiosa, pessoas em privação de liberdade e tratamento penal. A sistematização e interpretação dos dados coletados através da aplicação dos questionários e das entrevistas foram realizadas por meio da análise de conteúdo e do diálogo com os dados da pesquisa bibliográfica, visando à socialização dos resultados finais. O estudo relacionou os dados coletados com o referencial teórico, esperando alcançar os objetivos da pesquisa e atestar a hipótese apresentada no início da investigação. Resultados: Constatou-se, neste grupo específico, que pessoas que tem acesso à assistência religiosa podem refletir melhor sobre sua condição de aprisionamento, ressignificar processos e atitudes que os devolvam a sua essência humana, estimulando para um desenvolvimento espiritual e pessoal. Conclusões: Pensar em uma assistência espiritual para além da assistência religiosa poderia contribuir para a superação de diálogos fundamentalistas e práticas religiosas proselitistas ainda muito presentes na sociedade, inclusive dentro do sistema prisional. Pensar em um desenvolvimento espiritual e humano é resgatar a ideia de essência da vida, em bem viver com abundância e plenitude para todas as pessoas, promovendo o autocuidado pela saúde da dimensão da espiritualidade.

Palavras-chave: Assistência Religiosa; Pessoas Privadas de Liberdade; Tratamento Penal.

tuberculosis EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Caroline Busatto¹; Lia Gonçalves Possuelo²; Dienefer Bierhals¹; Mariana Quaresma de Souza¹; Pauline Schwarzbold³; Andrea Von Groll¹; João Perdigo⁴; Pedro Almeida da Silva¹; Ivy Bastos Ramis¹

¹ Núcleo de Pesquisa em Microbiologia Médica, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Programa de pós-Graduação em Promoção da Saúde, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ 8ª Delegacia Penitenciária Regional. Superintendência dos Serviços Penitenciários. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

⁴ Research Institute for Medicines - iMed.Ulissboa, Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

*Contato: caroline-busatto@hotmail.com

Justificativa e objetivos: Globalmente, as taxas de tuberculose (TB) nos estabelecimentos prisionais são mais elevadas do que as na população em geral. Nos últimos anos, houve um aumento no número de casos de TB em pessoas privadas de liberdade (PPL) e estima-se que 11% dos casos de TB notificados no estado do Rio Grande do Sul (RS) ocorram nessa população. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo avaliar a diversidade genética e as taxas de agrupamento de cepas (clusters) de *M. tuberculosis* para melhor compreender sua transmissão entre PPL no estado do RS, no sul do Brasil. Métodos: Trata-se de um estudo transversal e retrospectivo, que incluiu 598 cepas de *M. tuberculosis* que estavam armazenadas no Laboratório Central do RS (LACEN/RS). Estas cepas foram provenientes de 586 PPL notificadas com TB no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de janeiro de 2013 a dezembro de 2018. Essas PPL estavam distribuídas em 50 presídios, representando 42% dos presídios do RS. Os dados epidemiológicos foram coletados no SINAN. As datas de diagnóstico de TB e os perfis de resistência às drogas anti-TB das cepas foram obtidos no banco de dados do LACEN/RS. Os dados prisionais (tempo e local de encarceramento) foram coletados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN). A caracterização molecular das cepas foi realizada pelo método MIRU-VNTR 15 loci. Resultados: Entre as PPL, 576 (98,3%) eram homens, com idade mediana de 30,53 (IQR 24-35), 68 (11,4%) eram coinfetadas pelo HIV e 221 (36,9%) estavam presas há pelo menos um ano. Dentre as cepas incluídas no estudo, 224 (37,5%) foram agrupadas em 53 clusters. Os tamanhos dos clusters variaram de 2 a 34 cepas. Entre os clusters formados, em 60,3% (32/53), havia pelo menos uma cepa de PPL no P01, o maior presídio do estado. Em 66% dos clusters, os casos ocorreram entre indivíduos residentes em diferentes presídios, corroborando com a ideia de disseminação do *M. tuberculosis* entre presídios, provavelmente devido à transferência de PPL. Além disso, os genótipos dos quatro maiores clusters foram identificados em cepas provenientes de PPL de diferentes presídios do estado do RS. Em relação a resistência as drogas anti-TB, 35 (5,8%) das cepas eram resistentes a uma droga, sendo 17 (2,8%) resistentes à estreptomicina, 13 (2,2%) à

TRANSMISSÃO DO *Mycobacterium*



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



isoniazida, 3 (0,5%) ao etambutol e 2 (0,3%) à rifampicina. Dezesete cepas (2,8%) eram multirresistentes, 4 (0,7%) eram polirresistentes e 2 (0,3%) eram pré-extensivamente resistentes as drogas. Conclusões: Os dados gerados por este estudo corroboram com um cenário de transmissão contínua do M. tuberculosis entre PPL do estado do RS. O conhecimento da formação de clusters e da dinâmica de transmissão do M. tuberculosis nos estabelecimentos prisionais podem auxiliar os programas de controle da doença na formulação de estratégias para o combate da TB nestes estabelecimentos.

Palavras-chave: Genotipagem; Prisões; Transmissão; Tuberculose.

REMIÇÃO PELA LEITURA NO PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ-RS

Cleusa Maria Farias Rodrigues¹; Hingrid da Silva Peres²; Luciane Figueiredo Centeno².

¹Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos;

²Superintendência dos Serviços Penitenciários

*Contato: lucianecenteno@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: A remição de pena, por trabalho, estudo e, leitura, conforme Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e prevista na Lei n. 7.210/84 de Execução Penal (LEP), está relacionada ao direito assegurado na Constituição Federal de individualização da pena. Ampliadas pela Lei n. 12.433, de 2011, e passou a permitir que, além do trabalho, o estudo contribua para a diminuição da pena. A ressocialização do preso é uma preocupação constante, e iniciativas voltadas à redução da reincidência criminal são pensadas, tendo a Portaria nº 01/2018 da VEC-Regional de Pelotas-RS, de 09/8/2018 do Juiz de Direito Marcelo Malizia Cabral, instituído a possibilidade de Remição pela Leitura. Pioneiros na região, com a Portaria Interna nº 001/2018 o Presídio Estadual de Camaquã, cria a Comissão de Criação, Análise e Comprovação da RL pelo Administrador do PECam Luiz Alberto Scheutzen Tavares. Precedendo o Projeto da RL, o Projeto Carrinho da Leitura, que desde o ano de 2017 está em andamento, incentivando a implementação da RL, sem censura nas obras ofertadas. Pensando em ressignificar o tempo livre em privação de liberdade, promover a responsabilidade de conservação e devolução nos períodos acordados o livro, fomentar a perspectiva de um futuro extramuros melhor, contribuir para modificar os hábitos danosos e as formas de aprendizagem no presídio, dando ênfase ao desenvolvimento de competências e habilidades mais saudáveis. Métodos: Contando com a colaboração de todos os Servidores, a Professora, a comunidade Camaquense e cidades dos arredores para doação das obras. Atualmente seguindo a ordem de

Serviço nº 01/2021/DTP, que regulamenta o direito à remição de pena das pessoas privadas de liberdade por meio de práticas sociais educativas, a direção do PECam na Portaria Interna 002/2022, indica os nomes, para constituírem a comissão de validação das obras literárias, sendo composta por: TSPs, APAs, AP e professora da casa prisional. Tendo os apenados 30 dias para ler a obra, e, após isso, elaborar um resumo crítico, em oficina na sala de aula, o qual é avaliado pela comissão, recebe o benefício da diminuição de 4 dias de pena por obra/mês, o limite é de doze obras por ano, ou seja, no máximo, 48 dias de remição a cada ano. Os livros disponíveis são devidamente registrados em livro tomo, assim como todos os que vem integrar o acervo. A retirada de livros é feita na sala de aula da galeria A ou é passado nas duas galerias (A e B), uma vez por semana o "carrinho da Leitura". Sendo aprovado o resumo crítico é feito o AEE (Atestado de Efetivo Estudo) e após é encaminhado para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) para ser deferido pelo Juiz a Remição. Resultados e Conclusão: Até o mês de 08/2022 foram atendidos 60 apenados, 05 deles estão desde o início lendo assiduamente, lendo para a Remição 12 livros por ano. Pode-se afirmar que a RL é uma Ferramenta relevante para ressocialização, e apontamos a integração de todos os setores, onde também pode-se apontar que pela RL, vários apenados tiveram acesso a outros serviços, tais como: ENCCEJA-PPL, ENEM-PPL, Professora, Servidores Penitenciários, Defensoria.

Palavras-chave: Integração; Prisões; Remição Pela Leitura; Ressocialização.

A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E COMO DEVER: REVISÃO HISTÓRICA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS DE RESTRIÇÃO E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Laura Becker Porciúncula¹; Maria Beatriz Luce²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*Contato: laurabckrp@gmail.com

Reconhece-se a liberdade como direito inalienável, fundamental e garantido a todos, mas tem-se, também, que o Estado regulará a individualização de pena àqueles que cometeram crimes e poderá adotar como pena a privação ou restrição da liberdade. Assim sendo, todos os direitos, exceto a liberdade, seguem intactos - um destes direitos é o direito à educação. Mesmo em cárcere, os apenados têm direito, garantido por lei, ao acesso à educação em qualquer nível e permanência neste. Além disso, é preciso atentar para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Este país deixa a EJA em segundo plano desde o princípio e começa a ter noções de regulamentação somente após o início do século XX. Apesar disso mantém-se, em boa parte da história, o caráter



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



filantrópico da modalidade. A obrigatoriedade da oferta da EJA inicia a partir da Constituição Federal de 1988, também é nesta mesma época em que iniciam-se as discussões acerca da formação específica de professores para essa modalidade. Há de se ter o olhar ainda mais crítico quando se trata da educação para jovens e adultos que cometem crimes, pois, uma vez que a história da EJA para os livres já é de difícil traçado, faz sentido que, para os privados e restritos de liberdade, esse caminho apresente lacunas a mais. O objetivo deste trabalho é traçar um panorama histórico e legal da educação em contextos de restrição e privação de liberdade, com enfoque no estado do Rio Grande do Sul. A partir disso, a pesquisa desenvolve-se através de análises documentais e revisões bibliográficas. A partir das Constituições Federal e Estadual de 1988 e 1989, respectivamente, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, tem-se que jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade regular têm direito a tal, mesmo após os dezoito anos de idade – aqui assegura-se a EJA. O mesmo se repete quando se trata de contextos de restrição e privação de liberdade, e isso é assegurado por alguns documentos legais, como os citados anteriormente e a Lei de Execução Penal de 1984. Desta forma, conclui-se que as ferramentas legais que asseguram a educação de jovens e adultos em situações de restrição e/ou privação de liberdade são recentes. Há conquistas, como a opção de formação específica em EJA para profissionais da educação, ou o direito à instrução garantido por lei. Mas também ainda há a necessidade do olhar atento para a forma como a lei é cumprida atualmente – e também recordar que a política educacional nem sempre foi abrangente no sentido de inclusão dos apenados.

Palavras-chave: Constituição e Estatutos; Educação; História; Política; Prisões.

PROJETO DE EXTENSÃO “MARIAS: CORPO E LINGUAGEM NA INSTITUIÇÃO PRISIONAL”

Silvane Fensterseifer Isse¹; Ana Laura Koch de Medeiros¹

¹Universidade do Vale do Taquari - Univates;

*Contato: silvane@univates.br

Justificativa e objetivos: O Projeto de Extensão “Marias: Corpo e Linguagem na Instituição Prisional”, da Univates, desenvolve suas ações no Presídio Feminino Estadual de Lajeado/RS. O projeto objetiva contribuir para a humanização do cárcere e a socialização das mulheres privadas de liberdade. Além disso, busca-se a qualificação do tempo de permanência no presídio e das relações interpessoais, através do exercício do cuidado, da interação, do diálogo, da escuta e do acolhimento. Além disso, busca-se contribuir para a formação acadêmica e humana dos estudantes e docentes, através do contato com a instituição prisional e com as histórias de vida das mulheres participantes. Método: As ações do Marias se dão baseadas na

realização de práticas corporais (dança, alongamentos, jogos, esportes...) e artísticas (canto, música, fotografia, pintura, crochê...). Essas vivências fazem emergir pautas de debate relativas a questões sociais e da vida para além dos muros, como maternidade, relações de gênero, empoderamento feminino, execução penal, economia, entre outras. À medida que as pautas vão sendo sugeridas pelas mulheres ou percebidas pela equipe do Marias, rodas de conversa são realizadas sobre os temas. São realizados encontros semanais nos quais as voluntárias desenvolvem ações previamente planejadas. Mensalmente, é realizado um encontro para avaliação das ações realizadas e é feito o planejamento para os próximos encontros, levando em consideração, principalmente, a adesão, as necessidades e a repercussão das atividades desenvolvidas. É de suma importância que as ações façam sentido para as mulheres. Resultados: A partir das avaliações feitas pelas mulheres, que são realizadas sistematicamente, de forma oral ou escrita, é possível dizer que o projeto tem sido instrumento humanizador e de fortalecimento das suas relações: elas têm voz, são acolhidas e podem expressar livremente seus sentimentos e ideias. Conforme depoimentos das participantes, o projeto as faz sentir-se “mais vivas, mais gente”, pois são tratadas com dignidade. O tempo nos dias de encontro é vivido de outra forma, com mais “alegria”, “esperança” e “frescor”. Os vínculos construídos, o comprometimento da equipe com a comunidade participante e a periodicidade com que as ações são desenvolvidas têm contribuído para uma relação de confiança, respeito, humanização e cuidado. Conclusões: O Projeto tem procurado ser um caminho de construção do debate social sobre a privação da liberdade e as problemáticas do cárcere, se tornando este de ajuda às mulheres na construção de um lugar e de um sentimento de pertencimento à sociedade. O diálogo com a comunidade, propiciado pelas ações do projeto, tem se constituído em ato político de conscientização de que a busca por um bem-estar social comum inclui o resgate social e humanitário das pessoas privadas de liberdade. Entendemos que o cuidado e a reinserção social é de responsabilidade de toda comunidade e o Marias reafirma o seu compromisso com a comunidade prisional feminina do município de Lajeado/RS. Ao debater temas como o descuido, a negligência e o preconceito, o Marias tem sido um espaço de apoio para que estas mulheres se sintam fortalecidas, esperançosas e confiantes de que há pessoas que zelam por elas.

Palavras-chave: Cárcere Feminino; Cuidado; Humanização; Socialização.

TESTE E TRATE: PERFIL DE PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM HEPATITE C NO SISTEMA PRISIONAL DE PORTO ALEGRE, BRASIL.



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



Eduardo Emerim¹; Aline Silveira¹; Daila Raenk¹; Sabrina Gilli¹; Luciana Egres¹; Elenita Ferreira³; Ana Fontoura²; Daniel Herter²; Rose Amaral⁴.

¹Coordenação de Atenção à Infecções Sexualmente Transmissíveis e Tuberculose de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

²Penitenciária Estadual de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

³Cadeia Pública de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁴Instituto Psiquiátrico Forense - Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

*Contato: eduardoemerim@gmail.com

Introdução: A hepatite causada pelo vírus C (HCV) é um problema de saúde pública, cujo maior desafio é o acesso ao diagnóstico e tratamento. A população privada de liberdade é considerada prioritária para as abordagens que envolvem a doença. **Objetivos:** Identificar a prevalência do HCV entre pacientes testados em presídios de Porto Alegre, realizar o tratamento com estratégias de matriciamento e descrever o perfil diagnosticado dos pacientes.

Métodos: Estudo transversal com abordagem quantitativa. Por meio do projeto “teste e trate”, foram realizados testes rápidos para HCV e tratamento de casos diagnosticados, disponibilizando farmacoterapia específica, sem consulta médica especializada presencial, em até 30 dias em 5 presídios de Porto Alegre. **Resultados:** Foram realizados 2.481 exames com prevalência de 2,05% de HCV. O “teste e trate” também acolheu pacientes diagnosticados através do matriciamento dos presídios oferecendo tratamento para a doença, totalizando 50 pacientes diagnosticados nesses presídios. Com exceção de 5 pacientes com carga viral não reativa, 52% dos pacientes já concluíram o tratamento, 6% dos pacientes estão em tratamento, 24% aguardam resultado de exames ou mudança de esquema antirretroviral para HIV e 20% ficaram livres de prisão. Quanto ao perfil dos pacientes, 84% são do sexo masculino. A faixa etária com maior prevalência de pacientes é a de 41 a 50 anos (33,3%). Em relação à raça/cor, 38% dos pacientes são negros e 62% brancos. Sobre o uso de drogas, 44% dos pacientes relataram usar ou já usaram substâncias injetáveis, inalatórias e/ou crack. O escore APRI dos pacientes foi de 0,58 (FO-F1) e o FIB-4 foi de 1,28 (FO-F1). **Conclusão:** Esta é uma ação inovadora para a População Privada de Liberdade, pois é a primeira vez que pacientes com HCV são atendidos em presídios municipais devido às particularidades do sistema prisional.

Palavras-chave: Hepatite C, População Privada de Liberdade, Saúde Pública.

EXPERIÊNCIA DE UMA ENFERMEIRA NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE CAMAQUÃ – SETOR DE HIV x PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ

Tatiane de Oliveira Hernandes¹; Luciane Figueiredo Centeno

¹ Prefeitura Municipal de Camaquã;

² Superintendência do Serviço Penitenciário

*Contato: tatianeher@yahoo.com.br

Justificativa e Objetivos: HIV é a sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana, causador da AIDS (interfere na capacidade do organismo de combater infecções), ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. Transmitido principalmente através de relações sexuais. No município de Camaquã até agosto de 2021 tinha de 300 à 400 pacientes sendo cuidados pelo setor da vigilância epidemiológica. No presídio cerca de 10 paciente. A Servidora Pública do Município de Camaquã Tatiane, entre o mês de outubro de 2019 e agosto de 2021 foi Enfermeira responsável pelo setor de HIV e Tuberculose, sendo que o setor de HIV se tornou sua paixão profissional, neste setor pode avaliar com maior clareza as questões individuais de cada paciente, em 30/8/2021 passou a trabalhar 40 horas no Presídio Estadual de Camaquã. Diante dessa realidade, sendo que o HIV/AIDS diminui as defesas acometendo o paciente por diversas patologias, tornou-se relevante essa observação, nos apenados, onde as características do cárcere: super lotação, alimentação pobre em vitaminas, baixa atividade a luz do dia, estresse, acabam por deixar o paciente em privação de liberdade mais vulnerável para as comorbidades relativas à doença. **Métodos:** Dentro da realidade dos desafios encontrados nos pacientes Privados de Liberdade conseguiu-se realizar testes rápidos de HIV, Sífilis, hepatite B e C em todos, após uma vez por semana são realizados novamente os testes rápidos nos que ingressaram ao estabelecimento e nos positivos para dar prosseguimento aos exames de sangue e tratamento adequado. Neste ano de 2022 tivemos um percentual dobrado aos antigos pacientes. Anteriormente era uma rotatividade de 10 apenados, oriundos de diversas localidades, sendo que grande maioria não queria fazer o tratamento ou negava saber. Onde podemos seguir com acompanhamento semanal. A dificuldade da adesão ao tratamento, pois, existe uma resistência ao tratamento contínuo, irresponsabilidade e uso de drogas. Já os que usam drogas, temos mais a questão da tuberculose. Os pacientes do Presídio de Camaquã anteriormente eram assistidos e encaminhados para o setor de HIV do município pela equipe técnica do Presídio (referência a Psicóloga). A dificuldade se dava de transporte (escolta), levar o apenado para consulta, fazer exames, devido as ocorrências do presídio e as vezes falta de efetivo, mas sempre que possível eram levados nas datas agendadas. **Resultados:** Neste ano de 2022 tivemos um percentual dobrado aos antigos pacientes. Anteriormente era uma rotatividade de 10 apenados, oriundos de diversas localidades, sendo que grande maioria não queria fazer o tratamento ou negava saber. Onde podemos seguir com acompanhamento semanal. A dificuldade da adesão ao tratamento, pois, existe uma resistência ao tratamento contínuo, irresponsabilidade e uso de drogas, tuberculose. Os pacientes do Presídio de Camaquã anteriormente eram assistidos e encaminhados para o setor de HIV do município pela equipe



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



técnica do Presídio (referência a Psicóloga). A dificuldade se dava de transporte (escolta), levar o apenado para consulta, fazer exames, devido as ocorrências do presídio e as vezes falta de efetivo, mas sempre que possível eram levados nas datas agendadas. As coletas de Carga Viral e CD4 são coletados agora no estabelecimento, as medicações são distribuídas mensalmente, sendo que agora a necessidade de escolta é somente para consulta médica. Até outubro de 2022 foram realizados em 368 apenados o teste rápido, apenas um (1) se negou realizar o teste. Temos alguns casos com mais resistência. Exemplos: um paciente tem HIV e tuberculose, mas não administra corretamente nenhuma medicação, essa falta de auxílio próprio aumenta a carga viral, outro exemplo dificuldade de terem a documentação (CPF) não consegue-se retirar a medicação que quanto não regularizar, aguardam outros tratamentos, enquanto isso a carga viral segue alterada. Na última coleta houve um diálogo mais intenso, reforçando os cuidados. Conclusão: Com a enfermeira efetivamente no estabelecimento prisional tem-se melhor controle e facilidade de manejo com os pacientes privados de liberdade. O objetivo principal da Enfermagem no âmbito de saúde prisional e principalmente HIV e zera a carga viral de todos que lá estão. O serviço realizado de forma correta e com integração de todos os setores que interferem na vida do paciente privado de liberdade, é possível zera a Carga Viral, levando a uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: HIV; Enfermagem; Assistência à Saúde; Vigilância Sanitária; Prisões.

O ACS COMO PROTAGONISTA DA IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO SISTEMA PRISIONAL

Marcia Rosa Paulino¹; Lucilene Gomes da Silva¹; Eliana Garcia Paterno¹; Leandro Alberto Grassi¹; Jaqueline Fornari¹.

¹Prefeitura Municipal de Joinville

*Contato: marciamiguel.dutsol@gmail.com

Justificativa e objetivos: Dentro do cenário nacional, a comunidade formada pela População Privada de Liberdade é um público beneficiário e estratégico para cuidados em saúde. E, para tanto, o presente trabalho elucida a implantação de um trabalho inédito, o qual foi desenvolvido em um ambiente prisional, visando, através do Agente Comunitário em Saúde - ACS, facilitar e encurtar o acesso da População em Situação de Privação de Liberdade ao SUS, disponibilizada dentro do Presídio Regional de Joinville Jackson dos Santos - PRJ, no Estado de Santa Catarina, promovendo cidadania e reconhecendo as necessidades de saúde desta população, e, esse profissional busca organizar as demandas e necessidades desse público através dos pontos de atenção à saúde. Métodos: O presente trabalho busca expor a implantação do Programa de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde

de Joinville, no Presídio de Joinville Jackson dos Santos, iniciado em 01 de junho de 2021, o qual fica situado na Rua Seis de Janeiro, S/N - Paranaguamirim, e conta com uma população, em cumprimento de privação de liberdade, de 1.200 (mil e duzentos) pessoas. Resultados: Com a incorporação da ACS à Unidade Básica de Saúde Prisional - UBSP, observou-se organização no processo de comunicação, entre a equipe da UBSP, o universo carcerário e entre o DPP, propiciando empoderamento quanto aos serviços de saúde e a primazia da condução dos cuidados de saúde pela UBSP; execução focada e planejada com base nos agravos de saúde, como: diabetes, HAS, tuberculose, entre outros agravos, que são recorrentes devido ao confinamento, efetivando assim o acompanhamento e identificação precoce, garantindo o acesso e controle desses pacientes e demais recorrências em todos níveis de atenção e ainda tem garantido a implantação e execução dos fluxos, como: auxílio nas admissões dos pacientes novos, garantindo, a realização da triagem inicial junto a equipe multiprofissional. Conclusão: Esse profissional tem proporcionado um acesso equitativo, universal e integral, ao universo prisional e também tem sido um mediador efetivo e estratégico para a equipe multiprofissional. o ACS é um sujeito protagonista das ações da AB, um "intensificador da garantida de direitos à saúde da população em situação de privação de liberdade", pois utiliza e maximiza as potencialidades dos recursos existentes, reduzindo as barreiras iminentes ao levar informações e práticas inovadoras ao cotidiano das pessoas, profissionais e instituições, permitindo a livre expressão e a valorização do sujeito na construção de sua realidade.

Palavras-chave: Atenção Básica; Agente Comunitário de Saúde; Estratégia de Saúde de Saúde; Prisões; Saúde Pública.

IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA OS ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO

Ana Lúcia Dick Lopes¹; Caroline Fockink Ritt²

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul, RS;

² Universidade de Santa Cruz do Sul, RS.

*Contato: lopesana@mx2.unisc.br

Diante do atual mercado de trabalho, sabe-se que o diferencial para o profissional do direito que ingressa nesse mundo é saber unir os seus conhecimentos teóricos adquiridos na sala de aula com a prática jurídica. Pensando nisso, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), proporciona aos seus acadêmicos a possibilidade de atuar em diversas áreas práticas, em conjunto com órgãos públicos, buscando aprimorar o conhecimento de seus alunos, desenvolver experiência com viés humanista e atentos aos aspectos sociais. Nesse viés, foi elaborado o projeto de extensão "Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar: Direitos e Garantias da Mulher Agredida", que consiste em: atender as mulheres vítimas de violência doméstica e auxiliá-las



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



a sair do ciclo de violência ao qual estão expostas. O estudante que participa do projeto precisa conversar com a vítima para sanar as dúvidas eventuais que a mulher possa ter, além de apresentar formas que possam ajudá-la a sair dessa situação. Unindo os conteúdos do direito penal, direito de família e direitos humanos, o projeto de extensão conta com a supervisão de um agente atuante na área, como por exemplo um delegado. A bolsa de extensão conta com a duração de 20 horas semanais, produção de relatórios detalhados e participação em palestras e cursos envolvendo a temática trabalhada, o que amplia o espaço da universidade até a delegacia. O bolsista tem a oportunidade de conversar com as vítimas de violência e acompanhar todo o processo de investigação prestado pela polícia. Além disso, utiliza-se constantemente a lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, para prestar esclarecimentos e proteger os direitos fundamentais da vítima. Os atendimentos podem ocorrer no formato presencial ou via telefone, o que proporciona a mulher vítima de violência um maior conforto e segurança na hora de registrar um boletim de ocorrência. Durante a permanência do acadêmico no projeto, atende-se em média, 2 a 3 ocorrências por dia e se faz contato com 5 ou mais mulheres, por meio de telefonemas, para averiguar o andamento da situação, se as medidas protetivas estão sendo respeitadas e se houve mais algum fato novo que deva ser levado em consideração. Para crimes mais leves como injúria ou ameaça, pode ser ofertado o programa de mediação da polícia civil, mas apenas em casos em que o perfil dos envolvidos seja condizente com o edital do programa. Suspeitos com perfis que apontam para o uso abusivo de álcool ou drogas geralmente são processados judicialmente para que as consequências de seus atos sejam mais eficazes. O estudante de direito que participa do projeto de extensão desenvolve visão mais humana no tratamento e acompanhamento da realidade social das mulheres vítimas, pode conjugar a teoria das aulas de direito com a prática social, melhorar a comunicação além de experienciar e ter que tomar decisões que impactam diretamente na vida das vítimas que são atendidas por ele. A orientação dos professores universitários e do delegado de policial auxilia na construção da carreira do estudante e permite que ele desenvolva cada vez mais a suas habilidades profissionais. Nesse sentido, o contato com a realidade proporciona aos acadêmicos bolsistas uma melhor compreensão dos problemas sociais, da violência e também uma formação voltada para o lado mais humano do estudante.

Palavras-chave: Aplicação; Educação; Experiência; Projeto; Universidade.

ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DA TUBERCULOSE NOS PAÍSES COM MAIORES POPULAÇÕES PRIVADAS DE LIBERDADE: REVISÃO INTEGRATIVA

Dienefer Venske Bierhals¹; Caroline Busatto²; Julia Silveira Vianna¹; Mariana Quaresma de Souza¹; Lia Gonçalves Possuelo³; Pedro Eduardo Almeida de Souza¹; Ivy Bastos Ramis¹

1 Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

2 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

3 Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

**Contato: dienefer_bierhals@hotmail.com*

Justificativa e Objetivos: Mundialmente, em torno de 10,8 milhões de pessoas estão em presídio. A ocorrência de tuberculose (TB) nesses ambientes tem sido descrita como um problema de saúde pública, sendo necessárias melhorias nos cuidados básicos de saúde, como a implementação de medidas preventivas. A partir disso, foi realizada uma revisão integrativa objetivando descrever as estratégias de controle da TB nos presídios dos países com maiores populações privadas de liberdade (PPL), sendo eles os Estados Unidos da América, China, Brasil, Índia, Federação Russa, Turquia, Tailândia, Indonésia, México, Irã e Filipinas. Métodos: Inicialmente, foi definida uma pergunta norteadora “Quais ações de controle da TB são realizadas em países com maiores PPL?”. A busca e seleção dos artigos foi realizada entre outubro e novembro de 2021, nas bases de dados Medline, Lilacs, SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores “Tuberculosis”, “Prisons”, “Inmates”, “Prisoners”. Sendo incluídos nessa revisão artigos originais escritos em inglês, espanhol ou português que abordassem a TB nas prisões como tema central, e excluídos artigos realizados em outros países. Posteriormente, foi realizada uma análise crítica dos artigos e redigida a revisão integrativa. Resultados: Das mais de 5.000 publicações identificadas na busca inicial, selecionamos seis artigos, sendo eles predominantemente do Brasil. Em relação a estrutura física dos presídios, foram observadas condições precárias (superlotação, iluminação deficiente, má ventilação) que favorecem a transmissão do bacilo da TB. Esses fatores foram levados em consideração em um estudo no Brasil, que observou que a otimização da ventilação entre as celas poderia levar à diminuição da transmissão do bacilo. Foram propostas soluções arquitetônicas, como abertura em paredes opostas para permitir o fluxo de ar entre as celas, ventilação em dois níveis (na mesma parede ou no teto) e utilização de portas gradeadas ao invés de portas sólidas. Com o objetivo de melhorar a detecção de TB, foi proposta a estratégia da educação por pares para educar a PPL sobre questões de saúde. Uma parcela da PPL foi recrutada para receber um curso de formação para identificar casos presumíveis de TB, posteriormente, esta população forneceu educação sobre prevenção e controle da TB a PPL restante. Outra estratégia, relacionada ao diagnóstico de TB, foi a triagem em massa da PPL, afim de reduzir as lacunas na detecção de casos. No entanto, essa estratégia não é amplamente implementada devido ao custo. Assim, um estudo avaliou agrupamentos de amostras de escarro da PPL utilizando o Teste Rápido Molecular (TRM), e observou que combinações



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



de 4 e 8 amostras foram eficientes para triagem da TB, levando a redução de custo. Uma problemática associada ao diagnóstico, é que em algumas regiões do mundo, a PPL com suspeita de TB é encaminhada para unidades de saúde que ficam distantes do presídio. Nesse sentido, em um presídio no Brasil, foi introduzido o TRM na rotina diagnóstica com o intuito de triar a TB na porta de entrada. Por fim, também no Brasil, através de uma política de saúde, foram implementadas equipes de saúde prisional multiprofissionais, com o objetivo de ampliar as ações e intervenções para o controle da TB na PPL. Conclusão: Embora algumas das estratégias descritas necessitem de estudos aprofundados para implementação, outras ações simples já podem ser realizadas a fim de diminuir a carga da TB nos presídios.

Palavras-chave: Prisioneiros; Tuberculose; Estratégias de Saúde.

A IMPORTÂNCIA DA PORTA DE ENTRADA NO SISTEMA PRISIONAL NO RASTREIO DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS

Leonardo Silveira Nascimento¹; Lizete Plotzki de Pires¹

¹ Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, RS.

*Contato: leonardosnas@gmail.com

Justificativa e Objetivo: É alta a prevalência de doenças infectocontagiosas em indivíduos privados de liberdade, especialmente pelo fato de o ambiente prisional ser, muitas vezes, superlotado, precário e insalubre, favorecendo a proliferação de doenças. O rastreio, o diagnóstico precoce e a adoção de medidas de prevenção se fazem necessários nesse cenário. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar o protocolo adotado por uma Unidade Básica de Saúde Prisional do sul do Brasil na porta de entrada dos novos detentos, o qual tem como um de seus pilares o rastreio de doenças infectocontagiosas. Métodos: Estudo transversal retrospectivo realizado com os dados oriundos das triagens de admissão de saúde dos presos ingressantes no Presídio Regional de Santa Cruz do Sul (PRSCS). Foram analisados os dados referentes às triagens de saúde realizadas entre 01/03/2022 e 31/08/2022. Resultados: Todo detento que ingressa no PRSCS, inclusive se procedente de outra casa prisional, permanece em isolamento em cela de entrada por dez dias em função da pandemia de Covid-19. Durante este período, são coletadas, em dias diferentes, duas amostras de escarro, as quais são enviadas para o Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul (LACEN-RS) para realização de baciloscopia e cultura para bacilo álcool-ácido resistente. Dessa forma, é feito o rastreio de tuberculose pulmonar em todo detento ingresso. Ao final do período de isolamento, o preso ingressante passa por

Triagem de Admissão de Saúde na Unidade Básica de Saúde Prisional do Presídio Regional de Santa Cruz do Sul (UBSP-PRSCS), na qual são aferidos os sinais vitais (pressão arterial, frequência cardíaca, temperatura axilar e saturação periférica de oxigênio) e as medidas antropométricas (peso, altura e índice de massa corporal), realizados testes rápidos para detecção qualitativa de anticorpos contra o vírus da imunodeficiência humana (HIV), de anticorpos contra o Treponema pallidum (sífilis), do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBsAg) e de anticorpos contra o vírus da hepatite C, além de entrevista clínica realizada pelo médico e/ou enfermeira da UBSP-PRSCS com o intuito de investigar a história médica pregressa do indivíduo, bem como questões referentes à saúde mental e dependência química. Caso o detento apresente sintomas respiratórios, é realizado teste rápido de antígeno para Covid-19 na própria unidade e, se indicado, RT-PCR para SARS-CoV-2. No período de março a agosto de 2022 a equipe da UBSP-PRSCS realizou 179 triagens de admissão de saúde, todas de indivíduos do sexo masculino, com idade variando entre 18 e 69 anos. Através da realização dos testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B e C, foram diagnosticados, na porta de entrada, 01 caso de HIV, 11 casos de sífilis e 01 caso de hepatite C. Por meio da coleta de escarro para rastreio de tuberculose, foi feito o diagnóstico de um caso de tuberculose pulmonar. Nenhum detento referiu sintomas gripais durante as triagens de saúde. Conclusão: A implantação do rastreio de doenças infectocontagiosas na porta de entrada do sistema prisional possibilita melhor controle destas doenças e redução de sua disseminação entre a população privada de liberdade e a população externa, através da suspensão temporária das visitas. Sendo assim, se faz necessária a adoção, por parte das casas prisionais, de protocolos de porta de entrada eficazes e de abordagem multidisciplinar.

Palavras-chave: Doenças Transmissíveis; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Prisioneiros; Prisões; Tuberculose.

HEPATITE C NA POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Karine Zenatti Ely^{1,2}; Helena de Medeiros Terra Ramos¹; Andréia Rosane de Moura Valim²; Eduardo Emerim³; Victor Göttems Vendrusculo²; Isabela Frighetto²; Lia Gonçalves Possuelo²

¹ Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul – SES/RS

² Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

³ Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre

*Contato: karine-ely@saude.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: A hepatite C é uma das principais causas de doença hepática no mundo e sua importância para saúde pública reside na sua elevada taxa de cronicidade, potencial de evolução para cirrose, hepatocarcinoma e óbitos associados a estas complicações. Estima-se 71 milhões de pessoas infectadas pelo Vírus da Hepatite C (HCV) no mundo.



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



Informações sobre a População Privada de Liberdade não constam nos Boletins Epidemiológicos. O objetivo desse trabalho é apresentar informações sobre diagnósticos e notificações de HCV na PPL do Rio Grande do Sul. Métodos: Estudo transversal, descritivo e analítico com base nos dados oficiais registrados no Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) de hepatites virais, considerando o campo 35 - 'institucionalizado em' - marcado com a opção 5 - 'penitenciária' e o campo 44, opção 1 - 'reagente' para Anti-HCV, notificados no Rio Grande do Sul, no período de 2018 a 2020. Foi realizada análise estatística no SPSS, considerando como variável dependente as notificações realizadas em instituições penais da região metropolitana. Valores de $p < 0,005$ foram considerados significativos para referência cruzada. Resultados: No período analisado, foram notificados 424 casos de hepatites virais com anti HCV reagente para PPL do Rio Grande do Sul. As notificações foram realizadas em 52 municípios, distribuídos nas 7 macrorregiões do Estado, sendo os maiores notificadores: Porto Alegre (77), Charqueadas (45), Rio Grande (45), Caxias do Sul (33) e Montenegro (30). Dos municípios notificantes, 28 (53,8%) não tem Equipe de Atenção Primária Prisional (eAPP) habilitada e 196 (46,2%) dos casos foram notificados em municípios da Macrorregião Metropolitana. Quanto às características das pessoas notificadas: 386 (91%) são do sexo masculino, 1 gestante, 219 (51,7%) tem 40 anos ou mais, 260 (61%) são brancos, 189 (44,6%) não concluíram o Ensino Fundamental, 67 (15,8%) estão coinfectados com HIV, 32 (7,5%) tem outra Infecção Sexualmente Transmissível (IST), 157 (37%) tem HVC-RNA detectável, 69 (16,3%) são do Genótipo 1, 242 (57,1%) foram classificados como hepatite crônica na forma clínica, 15 (3,5%) estão coinfectados com o vírus B (HVB), 120 (28,3%) tem no uso de drogas a provável fonte. Ter HIV ou outra IST, contato sexual, domiciliar ou ocupacional com paciente portador de HBV ou HVC, utilização de medicamentos injetáveis, tatuagens, acidente material biológico, uso de crack, acupuntura, transfusão, drogas injetáveis, tratamento cirúrgico e dentário, três ou mais parceiros sexuais e transplante estão associados às notificações realizadas na Macrorregião Metropolitana, assim como a forma aguda da doença e a identificação do genótipo. Conclusões: A hepatite C afeta a PPL do estado do Rio Grande do Sul de forma variada, dependendo da macrorregião na qual o paciente foi notificado. Conhecer o perfil das notificações embasam a gestão na tomada de decisão e o planejamento estratégico para definição de ações visando o diagnóstico, o tratamento e a prevenção da infecção nas instituições penais nas diversas macrorregiões do estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Estudos Transversais; Hepatite; Monitoramento Epidemiológico; Prisões.

CONHECIMENTOS, ATITUDES E PRÁTICAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E

AGENTES PENITENCIÁRIOS RELACIONADAS A TUBERCULOSE E HIV NAS PRISÕES DE MOÇAMBIQUE

Ivinildo José Vilichane¹; Tiago Antônio Heringer¹; Karine Zenatti Ely²; Augusto Mabjaia⁴; Andréia Rossane de Moura Valim³; Lia Gonçalves Possuelo³

¹Mestrando em Promoção de Saúde (PPGPS-UNISC);

²Doutoranda em Promoção de Saúde (PPGPS-UNISC);

³Docente (PPGPS-UNISC);

⁴Núcleo de Pesquisa (SPS-GAZA);

*Contato: ivilichane2012@gmail.com

Justificativa e Objetivo: verificar os conhecimentos, atitudes e práticas de agentes penitenciários e profissionais de saúde relacionadas à detecção de Tuberculose e HIV. Métodos: Realizou-se um estudo epidemiológico transversal analítico observacional, com abordagem quantitativa utilizando o método KAP em Moçambique, província de Gaza, distritos de Chongoene, Mabalane e Xai-xai. Os dados foram analisados usando o software estatístico SPSS (v.22.0). Resultados: Foram incluídos no estudo 81 participantes com funções distintas, sendo classificados em agentes penitenciários e profissionais de saúde. Entre os agentes penitenciários 24,1% eram de Chongoene, 24,1% eram de Mabalane e 51,8% de Xai-xai. Os profissionais de saúde eram de Chongoene (15,4%), Mabalane (38,4%), Xai-xai (46,2%). 51,8 % dos agentes penitenciários e 72,2% dos profissionais de saúde classificaram a tuberculose como uma doença grave. Menos de 60% dos agentes penitenciários reconhecem a TB como uma doença curável. Com relação aos exames, 30,9% dos agentes penitenciários e 90,3% dos profissionais de saúde conhecem os exames necessários para realizar o diagnóstico de tuberculose. 96,5% dos agentes penitenciários e 98,0% dos profissionais de saúde fez o teste de HIV, 100% dos participantes sabem que uma pessoa em tratamento tem menos possibilidade de transmitir HIV. Quanto ao diagnóstico do HIV 30,9% dos agentes penitenciários e 90,4% dos profissionais de saúde conhecem os exames necessários para o diagnóstico da doença. Conclusão: Os resultados obtidos neste estudo em relação aos conhecimentos, atitudes e práticas dos agentes penitenciários e profissionais de saúde apontam para a necessidade de capacitação permanente dos profissionais, especialmente os agentes penitenciários, em relação às medidas de controle e prevenção da TB e do HIV no sistema prisional de Moçambique. A capacitação adequada dos profissionais contribui de forma efetiva para a implementação das políticas públicas de saúde, diminuindo a morbidade e mortalidade por TB e HIV no sistema prisional, e consequentemente na população em geral, rumo ao o alcance das metas globais da Agenda 2030, e da Meta 95-95-95.

Palavras-chave: Knowledge-Attitude-and-Practice; HIV; Tuberculose; Profissionais de saúde; Agentes Penitenciários.



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



PROTOCOLO DE ENFERMAGEM DA SÍFILIS: A ATENÇÃO PRIMÁRIA PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE GUAÍBA/RS

Neusa da Silva¹; Ana Denise Rosa²; Patrícia Airoldi Kolodsiejski²; Adriana Maria Korenowski Uranga³; Heloisa Carvalho da Rosa⁴; Lieidi Feijó Peixoto⁵; Nara Elsner⁶; Tatiane Mella⁶

¹Universidade do Sul de Santa Catarina, SC; ²Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS; ³Universidade de Caxias do Sul, RS; ⁴Centro Universitário Internacional, RS; ⁵Centro Universitário Leonardo da Vinci, RS; ⁶Universidade Luterana do Brasil, RS; *Contato: nneusac@gmail.com

Objetivo e justificativa: A População Privada de Liberdade (PPL) apresenta vulnerabilidades que contribuem para uma maior exposição às infecções sexualmente transmissíveis. No Rio Grande do Sul, as IST's apresentam alta prevalência na PPL feminina, com 73,33% das notificações por infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e 18,8% das notificações para sífilis. Atualmente no estado, são cerca de 1.800.00 pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos femininos, onde em torno de 350 estão lotadas na Penitenciária Estadual Feminina Julieta Balestro no Município de Guaíba. As ações de enfrentamento às IST's passaram por um processo de descentralização a partir de 2000, através do cuidado compartilhado com a Atenção Primária em Saúde (APS) e, mais tarde, com a ampliação da assistência dos profissionais da enfermagem com base na Lei nº 74984/86. A Linha de cuidado para Pessoas vivendo com HIV/AIDS e outras IST's, a partir da pactuação da CIB nº 663/14, a PPL proporcionou o cuidado na Atenção Primária Prisional como porta de entrada, possibilitando ações de enfrentamento às IST's de acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) e Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE). Enquanto relato de experiência, este trabalho discute a implementação do Protocolo de Enfermagem da Sífilis em Guaíba/RS, e sua repercussão na prática de cuidado da Equipe de Atenção Primária Prisional do município (eAPP). Métodos: A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível de notificação compulsória, causada pela bactéria treponema pallidum e se constitui como um relevante problema de saúde pública. A elaboração e pactuação do Protocolo de Enfermagem no Cuidado à Pessoa com Sífilis ocorre no Município de Guaíba em 2021 a partir da Coordenação do Serviço de Assistência Especializada (SAE), inicialmente através da publicação do documento orientador e posteriormente junto às equipes da APS em encontros de capacitação, implementando o cuidado da sífilis de forma descentralizada. Tem como sua base metodológica o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis, sendo aprovado a Comissão de Protocolos de Enfermagem da Atenção Primária Coren/RS, o que garante respaldo legal aos

profissionais da enfermagem. Resultados: A aplicação deste instrumento proporcionou autonomia às equipes da APS e especialmente à eAPP, possibilitando ações de monitoramento, diagnóstico clínico, promoção e educação em saúde no cuidado à pessoa com sífilis. A prescrição do medicamento para tratamento desse agravo também passa a fazer parte do processo de trabalho da eAPP como atividade dos profissionais da enfermagem, promovendo maior resolutividade no tratamento e cuidado integral. Conclusão: Como considerações finais, destacamos a relevância dos protocolos enquanto instrumento de trabalho da enfermagem, no cuidado à pessoa com sífilis no âmbito da eAPP. No entanto, embora apresentem utilidade fundamental, protocolos também expõem limites diante da realidade que permeia o cuidado no contexto do sistema prisional. A rotatividade da PPL junto à fragmentação da rede de atenção, impacta na longitudinalidade do cuidado, o que se coloca como um desafio para a garantia da atenção integral à saúde da PPL, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: Atenção Primária; Infecção Sexualmente Transmissíveis; Pessoas Privadas de Liberdade; Protocolos de Enfermagem; Sífilis.

PROMOTORAS DE SAÚDE NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL FEMININA DE GUAÍBA/RS

Neusa da Silva¹; Adriana Maria Korenowski Uranga²; Heloisa Carvalho da Rosa³; Lieidi Feijó Peixoto⁴; Marcia Rubia Medeiros Rodrigues⁵; Nara Elsner⁶; Nathana Cocentino Kuiça⁷; Patrícia Airoldi Kolodsiejski⁸.

¹Universidade do Sul de Santa Catarina, SC;

²Universidade de Caxias do Sul, RS;

³Centro universitário Internacional, RS

⁴Centro universitário Internacional, RS

⁵Universidade Luterana do Brasil, RS;

⁶Universitário Leonardo da Vinci, RS

⁷Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, RS

⁸Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

*Contato: nneusac@gmail.com

Objetivo e justificativa: O arcabouço legal do Sistema Único de Saúde (SUS) prevê a atuação de Agentes Comunitários de Saúde no âmbito da Estratégia de Saúde da Família, para a realização de ações de promoção e educação em saúde com enfoque no território, a fim de promover o vínculo dos usuários com a Rede de Atenção em Saúde (RAS). O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário - PNSSP (Port. Interministerial nº1777/2003) prevê, para uma atuação semelhante, o trabalho de Agentes Promotoras(es) de Saúde no contexto prisional. O PNSSP preconiza que até 5% da População Privada de Liberdade - PPL do estabelecimento componha o quadro de promotoras(es), realizando um trabalho sobre a supervisão da Equipe de Atenção Primária Prisional - eAPP. Os critérios para seleção são: ensino fundamental, avaliação do setor técnico,



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



avaliação da segurança e capacitação. Com o intuito de organizar e planejar ações de prevenção e promoção de saúde, a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba Julieta Balestro implementou em 2017 o Programa de Agentes Promotoras de Saúde por meio de decisão pactuada entre a eAPP e a direção do estabelecimento, conforme preconiza o PNSSP. O trabalho das Promotoras de Saúde junto a eAPP auxilia de forma fundamental no processo de cuidado, permitindo o monitoramento, qualificando o serviço e promovendo o vínculo entre usuárias e equipe. A cada galeria, três promotoras são responsáveis e uma atua na cozinha administrativa totalizando treze promotoras. Método: O processo de trabalho das Promotoras de Saúde junto à eAPP se organiza em: 1) reuniões mensais de educação permanente e continuada onde aspectos sobre o processo de saúde-doença da PPL são trabalhados, através do eixo educação, prevenção e promoção em saúde no contexto prisional; 2) realiza-se semanalmente nas galerias, por meio de formulários específicos o levantamento das demandas em saúde como: atendimento odontológico, clínico, psicológico e psiquiátrico, dispensação de medicamentos de uso contínuo, agenda de coleta de preventivo e acolhimento com a enfermagem. O trabalho metodológico de educação permanente e continuada por meio das reuniões mensais da equipe, constitui-se como uma ferramenta de orientação do processo de trabalho das Promotoras de Saúde e aborda as comorbidades no contexto prisional, de forma relevante por meio de um olhar ampliado em saúde. Resultados: Observa-se que a atuação das Promotoras é fundamental no processo de implementação das pactuações previstas no PNSSP no âmbito da assistência, como também dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade - PNAISP e da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - PNAMPE. Conclusão: É importante salientar que o manejo realizado pelas Promotoras de Saúde envolve a atuação ética, no que diz respeito à informações sigilosas, comprometimento e responsabilidade enquanto profissionais, e se constitui como um trabalho consolidado no estabelecimento. A coordenação do cuidado humanizado e a continuidade do cuidado integral, aspectos que permeiam a atuação das promotoras, além de manterem o vínculo, contribuem para o monitoramento, permitindo uma maior vigilância e controle de infecções e agravos, como também ações de prevenção e educação em saúde.

Palavras-chave: Assistência de Enfermagem; Atenção Primária; Pessoas Privadas de Liberdade; Promoção da Saúde

CROCHETANDO E ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS: O CROCHÊ COMO OPORTUNIDADE DE TRABALHO E RENDA.

Etiane Pereira Moreira¹; Pauline Schwarzbold²; Rita de Cássia Donini Antocheviz¹; Natássia Prestes¹; Cristiele Anschau¹; Tânia Frohlich Rodrigues³; Carmem Sampaio Spalding⁴; Silvane Fensterseifer Isse⁵.

¹ Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS);

² Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), Programa de Pós Graduação em Promoção da Saúde – Mestrado e Doutorado – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Núcleo de Pesquisa e Extensão com foco no Sistema Prisional (NUPESISP).

³ Coordenadora do Pacto Lajeado pela Paz, Prefeitura Municipal de Lajeado

⁴ Servidora do Ministério Público do RS. Facilitadora de Justiça Restaurativa.

⁵ Docente da Universidade do Vale do Taquari (Univates). Coordenadora do projeto de extensão Marias: Corpo e Linguagem na Instituição Prisional.

*Contato: etiane-moreira@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: Amigurumi é o nome que se dá à técnica de crochê circular cujo objetivo é produzir peças tridimensionais. A produção de amigurumis no Presídio Estadual Feminino de Lajeado Miguel Alcides Feldens (PEFL) é reconhecida na cidade e região. Produzidos dentro das celas, envolve uma rede de suporte composta por servidores penitenciários, famílias e comunidade. O objetivo deste relato de experiência é demonstrar como as atividades de artesanato, especificamente amigurumis, potencializam a renda, a saúde e a socialização das mulheres em cumprimento de pena no PEFL. Relato de Experiência: O trabalho artesanal no PEFL iniciou em 2018, com crochê plano e roupas infantis que foram doadas a crianças da comunidade. Essa ação foi replicada no ano de 2019, buscando estimular ações voluntárias e sociais. No ano de 2020, a equipe da unidade prisional promoveu a confecção de polvos de crochê para bebês prematuros, que foram doados à UTI Neonatal do hospital de Estrela/RS. Essas ações coletivas, somadas a produções individuais, foram engajando parceiros da comunidade e de órgãos públicos na divulgação do trabalho. Foi por esse meio que, em 2021, as mulheres da Equipe Arte, nome criado por elas para identificar o trabalho produzido intramuros, recebeu encomenda para confecção de 100 trapeiros em crochê de uma empresa de agronegócios da cidade de Campinas/SP. Também produziram e doaram, no Dia das Crianças, uma centena de amigurumis para alunos de uma escola de educação infantil da cidade. E, no final do ano, expuseram os amigurumis na Casa de Cultura e decoraram a árvore de Natal do Pacto Lajeado pela Paz. No início de 2022 surgiu uma nova parceria, desta vez a encomenda foi de 500 “Bento Atento”, mascote do programa de educação socioemocional SEJA para escolares até o 5º ano, pela Associação de Pais de uma escola particular de Lajeado. Resultados: As variadas encomendas recebidas pelas mulheres recolhidas no PEFL tem refletido em oportunidade de renda para elas e suas famílias, mas também tem dado oportunidade de profissionalização e perspectiva de futuro. As mulheres são responsáveis por todo o processo de criação e precificação dos amigurumis e, após entregue as encomendas, cada uma recebe pelo que produziu. Atualmente elas estão



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



participando do projeto "Uma História Boa para Cachorro", juntamente com o Canil Regional da 8ª Delegacia Penitenciária Regional (DPR), com a produção de chaveiros que são entregues às crianças ao final das atividades, levando o nome da Equipe Arte para outras cidades do Estado. Conclusão: O artesanato em crochê e os amigurumis no PEFL são a principal oportunidade de trabalho e renda para as mulheres em situação de prisão. Também são terapêuticos, auxiliando na diminuição de estresses e ansiedades; potencializando relações mais saudáveis. Enquanto produzem e compõem seus trabalhos artesanais, elas estão construindo outras formas de viver, de serem cidadãs, de serem mulheres. Além disso, o trabalho delas tem produzido impacto positivo na comunidade lajeadense e regional, transformando a visão que a comunidade tem do sistema prisional.

Palavras-chave: Mulheres; Presídio; Trabalho; Renda.

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO SISTEMA PRISIONAL: UMA REALIDADE E NOVAS PERSPECTIVAS

Pauline Schwarzbald¹; Gustav Hamann de Freitas²; Muriel Thaisi de Freitas Eidt²; Vanessa Cristiane Pereira Rodrigues²; Samantha Lopes de Moraes Longo²; Mariela de Borba³; Adalberto Koch⁴; Lia Gonçalves Possuelo⁵.

¹ *Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde – Mestrado e Doutorado - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Núcleo de Pesquisa e Extensão com foco no Sistema Prisional (NUPESISP),*

² *Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS);*

³ *Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Mário Quintana;*

⁴ *Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Liberdade;*

⁵ *Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde – Mestrado e Doutorado - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Núcleo de Pesquisa e Extensão com foco no Sistema Prisional (NUPESISP).*

*Contato: pauline.schwarzbald@gmail.com

Justificativa e Objetivo: A educação é um direito constitucional fundamental para a reinserção social das pessoas privadas de liberdade (PPL). No Rio Grande do Sul (RS), a oferta de educação no sistema prisional se dá por meio dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJAs). Quase 60% dos homens e mais de 50% das mulheres em cumprimento de pena no RS possuem ensino fundamental incompleto. Para esse público, os NEEJAs tem oportunizado a continuidade nos estudos. Para quem tem ensino médio completo, convênios com duas universidades comunitárias da região dos Vales foram firmados para concessão de bolsas de ensino superior na modalidade ensino à distância (EAD). O objetivo deste trabalho é relatar a experiência da implementação do ensino superior EAD no sistema prisional. Relato da experiência: iniciou-se no

primeiro semestre de 2022 o ensino superior na modalidade EAD. A 8ª Delegacia Penitenciária Regional (DPR), com sede em Santa Cruz do Sul/RS, com o incentivo da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPPS) e da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), firmou convênios com a Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul (APESC), mantenedora da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e com a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (FUVATES), mantenedora da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Cada uma delas ofertou cinco bolsas de estudos para as PPL em regime fechado. A equipe técnica da 8ª DPR, em parceria com as direções e equipes das unidades prisionais (UPs), os NEEJAs Mário Quintana e Liberdade e a Agência de Regional de Inteligência (ARIPEN), organizou dois processos seletivos com provas de proficiência em Língua Portuguesa. Para a inscrição, os candidatos precisavam ter concluído ou estar concluindo o ensino médio, permanecerem em regime fechado por pelo menos mais dois anos, não ter impeditivos no quesito segurança e estarem dispostos a transferência para as UPs de Arroio do Meio ou de Santa Cruz do Sul, onde foram equipadas as salas do ensino EAD. Todas as UPs da 8ª DPR foram incluídas nos processos seletivos. Os temas, produção e correções das provas ficaram sob responsabilidade dos NEEJAs. Ambas as turmas iniciaram no primeiro semestre deste ano e os acadêmicos tem sido acompanhados por servidores da SUSEPE, com apoio das universidades. Participaram das seleções 35 homens, sendo matriculados os que obtiveram as melhores notas em cada seleção. Eles estão cursando Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão de Produção Industrial, Gestão Financeira e Gestão de Recursos Humanos. Todos encontram-se em pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, com aproveitamento, e tem avaliado positivamente a oportunidade de cursarem graduação. Conclusão: a viabilização de acesso ao ensino superior na modalidade EAD no sistema prisional gaúcho é um marco histórico. As salas EAD oportunizaram que os aprovados em cursos de graduação com as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) também estudem. Tem-se percebido a ampliação de perspectiva para as PPL que estão frequentando as aulas nos NEEJAs. O acompanhamento das atividades do EAD exige constante organização interna das UPs e das universidades para que os acadêmicos acessem os conteúdos das aulas e as atividades das disciplinas adaptados à realidade do sistema prisional. Até o momento, os desafios tem sido superados e há projeção de expansão para outras UPs da região penitenciária.

Palavras-chave: Educação à Distância; Ensino Superior; Estabelecimentos Prisionais; Pessoas Privadas de Liberdade.

NOTIFICAÇÃO DE TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL DO RIO GRANDE DO



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



SUL, 2017-2021

Pauline Schwarzbold^{1,2}; Géssica Milani Carneiro²; Karine Zenatti Ely^{2,3}; Tiago Antônio Heringer²; Andréia Rosane de Moura Valim²; Lia Gonçalves Possuelo²

¹ *Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS),*

² *Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).*

³ *Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS).*

*Contato: pauline.schwarzbold@gmail.com

Justificativa e objetivo: O sistema penitenciário brasileiro possuía, no final de 2021, mais de 670 mil pessoas em cumprimento de pena em unidades físicas de recolhimento, das quais, 30% estavam presas provisoriamente e quase 50% cumpriam pena em regime fechado, sendo 95% homens, jovens (entre 18 e 45 anos), com baixa escolaridade e de cor negra. O Rio Grande do Sul (RS) possui população estimada de 11,5 milhões de cidadãos, destes, mais de 43 mil encontram-se em cumprimento de pena. A composição da população carcerária do Estado é muito semelhante à apresentada anteriormente, com exceção de que, no RS, a maior parte da população privada de liberdade (PPL) é branca. Muitas unidades prisionais estão superlotadas, depredadas e possuem celas úmidas e escuras com pouca ventilação, produzindo ambientes propícios para doenças transmissíveis como a tuberculose (TB). A transmissão acontece pelo ar, através das gotículas expelidas quando uma pessoa bacilífera fala, tosse ou espirra. Desde 1993 a TB é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma emergência global. No sistema prisional é uma das doenças mais frequentes e preocupantes. Segundo a OMS, a taxa de incidência da doença é 30 a 70 vezes maior que na população em geral. A capacitação continuada das equipes de saúde atuantes no sistema prisional para diagnóstico precoce da doença, solicitação de exames, execução do tratamento diretamente observado (TDO), com vistas à elevação das taxas de cura para ao menos, 85%, é fundamental. Este trabalho tem como objetivo identificar o número de casos de TB notificados no Estado do Rio Grande do Sul entre 2017 e 2021, com recorte para PPL e estimar a prevalência da doença no sistema prisional gaúcho. Métodos: Trata-se de um estudo ecológico com coleta dos dados de notificação de casos de tuberculose no RS, obtidos no site do DATASUS, do Ministério da Saúde, entre os anos de 2017 e 2021. Resultados: Foram notificados, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período, 31.587 casos de TB, sendo que destes, 4.811(15,23%) foram no sistema prisional, perfazendo uma taxa de prevalência de 274,6/100.000 casos entre a população geral e de 11.188,3/100.000 casos entre a PPL, sendo essa prevalência 40 vezes maior que em pessoas em liberdade. Conclusões: A grande disparidade existente entre a população em geral e a PPL remete a necessidade de manutenção e ampliação de ações de controle da TB dentro das unidades prisionais a fim de reduzir a prevalência da doença intramuros, mas também na população geral dos municípios. Há

a necessidade de ampliar os diagnósticos por meio da estratégia de porta de entrada das pessoas no sistema prisional em até sete dias, busca ativa semestral e busca passiva de casos e, quando confirmado o diagnóstico, acompanhar o caso até a cura.

Palavras-chave: População Privada de Liberdade; Sistema de Notificação de Agravos (SINAN); Tuberculose.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EM UNIDADES PRISIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Michele Berger Ferreira^{1*}; Pauline Schwarzbold^{2,3}; Lia Possuelo²; Isabela Heineck¹

¹ *Programa de Pós-Graduação em Assistência Farmacêutica (PPGASFAR) – UFRGS*

² *Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS) – UNISC*

³ *Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS)*

*Contato: mi_bergerf@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: A Assistência Farmacêutica (AF) está incluída entre as ações de assistência terapêutica integral executadas pelo SUS. A população privada de liberdade (PPL) é acometida por problemas de saúde complexos e muitas vezes concomitantes, sendo verificado altas taxas de doenças infectocontagiosas e transtornos de saúde mental. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), visa garantir o direito à saúde e o acesso ao SUS da PPL. Apesar da AF ter papel transversal e estratégico nas ações em saúde, os dados sobre essa temática no contexto prisional são escassos. Assim, o presente estudo tem por objetivo caracterizar a AF, em termos de organização e infraestrutura, no Sistema Prisional do Rio Grande do Sul (RS). Métodos: Foi realizado um estudo transversal de caráter exploratório com abordagem descritiva. Os dados foram coletados entre agosto e setembro de 2022, de forma remota, através de formulários eletrônicos encaminhados por e-mail aos profissionais diretamente envolvidos na organização e/ou execução das ações de AF nas unidades prisionais do RS. Foram abordados aspectos sobre estrutura, organização e processos da AF no sistema prisional, sendo o questionário elaborado e adaptado com base no instrumento da Pesquisa Nacional Sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM) – Componente Avaliação dos serviços de Assistência Farmacêutica Básica. Os dados foram organizados, codificados e analisados no Microsoft Excel®. O estudo foi submetido e aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da UFRGS e ESP/RS. Resultados parciais: Houve representação das 10 delegacias penitenciárias regionais do RS, com participação de 51 unidades prisionais que custodiam aproximadamente 21.780 pessoas privadas de liberdade. Em relação ao espaço/estrutura disponível para os



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



medicamentos, em 56,9% das unidades se configura como somente um armário ou prateleira, não havendo sala específica para farmácia. A existência de algum Procedimento Operacional Padrão (POP) para as atividades de AF foi verificada em 19,6% da amostra, já a lista padronizada de medicamentos estava disponível para consulta em 54,9%. Em relação a quantidade de medicamentos disponíveis na unidade prisional, 41,2% consideraram que atendia parcialmente a demanda em tempo oportuno. O fracionamento de medicamentos ocorre em 82,4% das unidades. A presença de Farmacêutico foi reportada por 9,8% das unidades prisionais e o profissional que mais frequentemente realizava a entrega de medicamentos aos detentos era o Agente Penitenciário (31,4%). Conclusão: A PNAISP foi um importante avanço para a garantia de acesso à saúde e ao SUS pela PPL, contudo, os dados iniciais apontam para a existência de demandas de aprimoramento das atividades técnico-gereciais e assistenciais da AF no contexto prisional.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica; Sistema Prisional; Saúde prisional; Medicamentos

O PROCESSO DE MATERNIDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO NO BRASIL

Jéssica Rosa da Silva¹.

¹ Uniabeu Centro Universitário, Graduação em Psicologia, RJ,
*Contato: jessica.tele@hotmail.com

A pesquisa propõe-se a abordar o processo de maternidade no sistema penitenciário feminino no Brasil. Somos o quarto país no mundo com maior contingente de mulheres encarceradas, e o 3º país que mais prende mulheres. Trabalhamos com a hipótese de que o sistema penitenciário feminino não consegue dar o suporte adequado à mulher e a mãe encarcerada e muito menos para a criança que acaba de nascer. A mulher e a mãe encarcerada acabam por vivenciar as dificuldades diárias que o sistema impõe, desde privação de liberdade, a perda de autonomia até a falta de kit básico de higiene. Elas possuem os seus direitos na maioria das vezes negados, sofrem com o descaso e o abandono, além de serem julgadas constantemente por terem sido presas. O presente trabalho se propõe a apresentar a realidade de como é ser uma mulher e mãe encarcerada, qual são os problemas enfrentados e entender os dados existentes. O sistema penitenciário não foi pensado para as mulheres, elas vivem nos lugares que foram criados para os homens e que foram destinados a elas de acordo com a demanda e a necessidade. A temática do sistema penitenciário era um dos temas que sempre gostei de obter informações, muito antes de cursar a graduação em Psicologia: gostava de ler as reportagens, documentários e filmes que eram relacionados a esse tema. Escolher esse tema foi uma forma de poder dar voz a essas mulheres e mães que estão encarceradas e também fazer com que as pessoas que por ventura tenham acesso a essa

monografia possam compreender que ser mãe é um papel difícil e viver essa experiência dentro do cárcere é um desafio ainda maior. Na primeira parte apresentaremos dados do INFOPEN, dados que nos fazem entender de que forma o sistema penitenciário feminino está constituído. Estimativa que vão desde a quantidade de presídios que são destinados as mulheres, grau de escolaridade, idade, entre outras variáveis. O perfil da mulher encarcerada é traçado: mulheres jovens, a maior parte constituída por mulheres negras e pardas, grau de escolaridade baixo, a maior parte inserida no sistema penitenciário por conta do tráfico de drogas. Na segunda parte é abordado o tema da mãe encarcerada, sendo necessário entender o que significa a maternidade, o como é o tornar-se mãe - nem sempre está relacionado ao um direito de escolha - , o desafio e a falta de preparado na separação mãe e bebê. E de que forma o sistema penitenciário feminino acolhe a mãe e o bebê, a mãe perde o direito de autonomia e precisa viver nas incertezas que o cárcere oferece. 11 Na terceira parte falaremos sobre as Políticas Públicas e o encarceramento feminino, de que forma podem ajudar no auxílio a mulher e mãe encarcerada, além de abordar a questão do gênero, o quanto é difícil ter políticas públicas que visem ampliar o direito da mulher e da mãe, que também inclua os seus filhos, para que não se tornem filhos do cárcere. Para tal pesquisa utilizou-se dos métodos descritivo, quali-quantitativos, bem como revisão bibliográfica no qual fora utilizado a achados e teoria de diversos autores.

Palavras-chave: Mãe; Mulher; Maternidade; Políticas Públicas; Saúde.

IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CONTINGENCIA DA COVID19 NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL

Vanessa Amabile Martins¹; Gustavo Hamann de Freitas²; Lia Gonçalves Possuelo³.

¹Doutoranda do Programa de Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Rio Grande do Sul, Brasil.

²Pós graduado em Gestão da Segurança Pública e Psicólogo na 8ª Delegacia Penitenciária Regional, Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), Rio Grande do Sul, Brasil.

³Docente da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Rio Grande do Sul, Brasil.

*Contato: nessa_a_martins@yahoo.com.br

Justificativa: O controle da Pandemia foi um desafio mundial, onde as mais diversas instituições públicas e privadas se reinventaram na tentativa de controle e combate a Covid 19. Os planos de contingência no sistema prisional foram elaborados com o intuito de evitar a circulação e transmissão da COVID-19, entre a População Privada de Liberdade (PPL) servidores e comunidade, além de diminuir os agravos cometidos pela doença. Objetivo: O presente estudo objetiva descrever a



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



experiência do presídio regional de Santa Cruz do Sul no enfrentamento da Covid no ano de 2020. Método: Trata-se de um estudo descritivo retrospectivo. A construção do plano de contingência foi interdisciplinar onde saúde e segurança pública através de sua equipe diretiva, elaboraram um fluxo de entrada de presos, com o objetivo de implantar as triagens conforme orientações do Plano Nacional de Saúde. A implantação do plano de contingência foi em agosto de 2020 através da destinação de três celas da galeria A/B para a entrada de novos apenados. O período de admissão nestas celas foi por coorte com intervalo de entrada semanal e contagem dos 14 dias de isolamento contabilizado a partir do último ingresso na cela. Todo preso ao chegar à casa prisional, será alojado na cela 01, ou seja, todos os presos que entrarem na primeira semana, serão alojados em uma mesma cela. Ao término da primeira semana, “congela-se” a cela, proibindo novas entradas e saídas de presos. Posterior inicia-se a ocupação cela 02, que receberá os presos que derem entrada durante a segunda semana de implantação do fluxo. Da mesma forma, se mantém a ordem, até a ocupação da cela 03. Quando concluído o período de ocupação da cela 3, ao término da terceira semana, os presos da cela 01 já concluíram seu período mínimo de isolamento de 14 dias, sem contato com outros apenados. Após realização de triagem os mesmos serão liberados para as galerias do estabelecimento prisional. A triagem tem caráter intersectorial e transdisciplinar com levantamento de histórico de vida e perfil para futuros encaminhamentos dentro do sistema. Concomitante foram realizadas triagens de doenças como tuberculose, hepatites virais, sífilis, HIV e doenças crônicas. Conclusão: O PRSCS seguiu os protocolos vigentes no combate à Covid 19, foi pioneiro e dinâmico tendo desenvolvidos ações de prevenção e educação em saúde como a criação do comitê de enfrentamento do Covid-19 e equipe de gerenciamento dos Equipamentos de Proteção Individual- EPIs, fornecimento de alimentação em porções individuais aos apenados, triagem de entrada diária para todos que ingressaram no estabelecimento prisional como servidores, e advogados, conversa com plantões das galerias, busca ativa diária dos sintomáticos respiratórios, entrega de EPIs para os servidores de forma individual e nos postos de trabalho, reforço na limpeza e desinfecção do estabelecimento prisional, confecção de pedilúvio, criação de EPI para os atendimentos odontológicos de urgência e destinação de uma cela para sintomáticos respiratórios. Com estas ações, não foram identificados casos de Covid-19 por 05 meses. A triagem de saúde ficou estabelecida como fluxo de entrada e tem se demonstrado eficaz no diagnóstico precoce de doenças como tuberculose, HIV, sífilis, hepatites, recomenda-se que seja uma atividade permanente.

Palavras-chave: COVID 19; Planejamento em Desastres; Prisões.

AÇÕES EXTENSIONISTAS SOB O OLHAR DE UMA ENFERMEIRA/DOCENTE EM UM PRESÍDIO ESTADUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Claudeli Mistura¹; Marinez Koller Pettenon²; Silvana Neumann Martins³; Sabrina Azevedo Wagner Benetti⁴; Darlen Grasieli Bugs⁴; Maclovio Ammar⁴; Jucelita Salles Appel⁴; Silvia Adriane Teixeira Amaral⁴.

¹Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, RS, Bolsista PROSUC/CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari, RS;

²Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul;

³Universidade do Vale do Taquari, RS;

⁴Unidade de Saúde Prisional da Penitenciária Modulada de Ijuí, RS

*Contato: claumistura@gmail.com

Justificativa e Objetivo: As ações extensionistas em saúde para as Pessoas Privadas de Liberdade (PPL), contribuem não somente para quem as recebe, mas também para a formação e a qualificação dos profissionais que as realizam. As práticas educativas em saúde contribuem para o desenvolvimento de competências e de habilidades do enfermeiro durante o processo formativo na Graduação e na prática como docente no ensino superior da Enfermagem, pois a elaboração e o desenvolvimentos destas, instiga o conhecimento científico assistencial e gerencial do cuidado integral. Diante desse contexto, o estudo apresenta como objetivo relatar a experiência de uma enfermeira/docente na realização de ações extensionistas em saúde em um Presídio Estadual. Métodos: Trata-se de um estudo descritivo, no qual é relatado a experiência de uma enfermeira/docente no ensino superior da Enfermagem, na coordenação por dois anos em projetos de extensão selecionados pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) da Universidade de Cruz Alta (Unicruz). O cenário das atividades extensionistas era o Presídio Estadual de Cruz Alta, Cruz Alta, RS. Os encontros ocorriam a cada 15 dias com duas acadêmicas do curso de Enfermagem da Unicruz, sendo uma bolsista e a outra voluntária. Os temas abordados nas atividades de extensão eram escolhidos pela equipe de saúde da unidade prisional, com ênfase ao câncer de mama, ao câncer do colo do útero, ao câncer de próstata, à tuberculose e às infecções sexualmente transmissíveis. A duração dos encontros era em média de duas horas, com a participação de 10 a 15 homens ou mulheres privados de liberdade. O período da realização dos projetos de extensão ocorreu nos anos de 2017 a 2019. Resultados: As ações extensionistas em saúde, na área da Enfermagem à PPL, por meio de projetos de extensão, contribuíram de modo significativo para a formação e qualificação profissional da enfermeira/docente. Estar vivenciando práticas educativas em saúde no papel de enfermeira e de docente possibilitou a ampliação do



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



conhecimento no contexto do sistema prisional e sobre a importância da atuação destas profissões - Enfermagem e Docência - no cenário vivenciado, pois o envolvimento na tríade ensino-serviço-comunidade faz-se necessário para a formação de futuros enfermeiros, enquanto profissionais da saúde que podem, futuramente, estarem atuando em uma Unidade de Saúde Prisional. Também, contribuiu para o empoderamento da saúde da população carcerária do Presídio Estadual de Cruz Alta, pois a cada encontro era proporcionado momentos de discussão, de modo interativo, por meio de dinâmicas. Nesse contexto, a educação em saúde pode corroborar como uma ferramenta imprescindível para a prevenção dos problemas de saúde no ambiente prisional, tendo como estratégia de ensino o diálogo e o empoderamento dos envolvidos. Conclusão: As ações extensionistas em saúde possibilitam ao profissional enfermeiro (a) na função exercida de docente no ensino superior da Enfermagem, elucidar o conhecimento e contribuir para a qualificação profissional, pois cada encontro realizado com as PPL, proporciona experiências únicas e estabelece vínculos com a equipe de saúde. Dessa forma, contribuindo no desenvolvimento das atividades propostas, o que destaca-se positivo para a qualidade das práticas educativas em saúde.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Enfermagem; Ensino; Prisões; Universidades.

A INSERÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE PRISIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Claudeli Mistura¹; Marinez Koller Pettenon²; Silvana Neumann Martins³; Sabrina Azevedo Wagner Benetti⁴; Darlen Grasieli Bugs⁴; Maclovia Ammar⁴; Jucelita Salles Appel⁴; Silvia Adriane Teixeira Amaral⁴.

¹Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, RS, Bolsista PROSUC/CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari, RS;

²Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul;

³Universidade do Vale do Taquari, RS;

⁴Unidade de Saúde Prisional da Penitenciária Modulada de Ijuí, RS

*Contato: claumistura@gmail.com

Justificativa e Objetivo: A população carcerária encontra-se em situação de vulnerabilidade pelo ambiente hostil e dotado de estressores, necessitando de assistência à saúde por meio de uma equipe interdisciplinar. Frente a problemática, enfatiza-se a relevância da realização de práticas educativas em saúde, principalmente, pelo profissional enfermeiro, pois são eficazes para a detecção precoce de sinais e sintomas clínicos. Também, contribuindo para a aproximação da realidade vivenciada com as Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) no que concerne às condições de confinamento e a influência que este ambiente

provoca à saúde destas. O estudo apresenta como objetivo descrever sobre a importância da inserção de acadêmicos do curso de Graduação em Enfermagem, em uma Unidade de Saúde Prisional, como contribuição na qualidade do processo formativo profissional. Métodos: Trata-se de um estudo descritivo sobre a importância da inserção de acadêmicos do curso de Graduação em Enfermagem de uma universidade da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, junto a uma Unidade de Saúde Prisional, para a formação profissional. Destaca-se que, no decorrer do curso, os acadêmicos vivenciam dois períodos de práticas na unidade prisional, vinculados a uma disciplina do sexto semestre e outra, do décimo semestre, respectivamente: Enfermagem em Saúde Coletiva II e Estágio de Enfermagem III. Resultados: No sexto semestre do curso de Graduação em Enfermagem, os acadêmicos realizam práticas em grupo, sob a supervisão direta de um docente do curso, em um turno da semana, estabelecidos pela instituição. Já no décimo semestre, a Unidade de Saúde Prisional recebe um aluno para realizar, diariamente, durante dois meses, práticas vinculadas a disciplina curricular Estágio em Enfermagem III, sob orientação de uma enfermeira da Unidade. As práticas realizadas pelos acadêmicos são demandadas pela equipe de saúde, sendo esta composta por: dois enfermeiros, um técnico de enfermagem, uma médica, três psicólogas, duas assistentes sociais, uma nutricionista, um odontólogo e uma auxiliar de consultório odontológico. A ênfase dos temas e práticas abordados, direcionam-se na realização e entrega dos Testes Rápidos para a Sífilis, para o Vírus da Imunodeficiência Humana e para as Hepatites B e C. Também, na realização de curativos; no preparo e administração de medicamentos; na realização de notificações compulsórias quando cabíveis, no preenchimento das informações e evoluções de enfermagem; e na realização de práticas educativas em saúde. Ainda, como contribuição na formação acadêmica destes alunos, a equipe proporciona momentos de discussão sobre os casos, principalmente, aqueles que demandam de um cuidado maior. Conclusão: O contexto das práticas curriculares na Graduação em Enfermagem, realizadas na Unidade de Saúde Prisional, contribuem diretamente na qualidade da formação acadêmica, pois o mercado de trabalho é competitivo e exige profissionais qualificados, com pensamento crítico e reflexivo, capaz de gerenciar equipe de saúde e assistir pessoas. Oportuniza a inserção de acadêmicos do curso de Enfermagem, no sistema prisional, pois tanto a assistência ou a gerência, necessitam estar interligadas com as práticas de educação em saúde para contribuir ainda mais, na redução de casos das doenças transmissíveis e nas ações de risco entre as PPL.

Palavras-chave: Enfermagem; Ensino; Paciente; Prisões; Universidades.



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



PROCURA-C NO SISTEMA PRISIONAL: PREVALÊNCIA DE HEPATITE C

Eduarda Gassen Boeira¹, Eduardo Emerim², Leonardo Silveira Nascimento³, Lizete Plotzki³, Pauline Schwarzbald¹, Renata

Maria Dotta², Lia Gonçalves Possuelo¹.

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul.

² Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre

³ Unidade Básica de Saúde - Santa Cruz do Sul

*Contato: eboeira@mx2.unisc.br

Justificativa: As hepatites virais configuram-se como um problema de saúde pública no Brasil e no mundo – atingindo, sem discriminação, várias parcelas da população; o que acarreta em grande impacto de morbidade e mortalidade. Hoje, os maiores responsáveis pela transmissão são as pessoas que partilham seringas, agulhas e outros objetos perfurocortantes para uso de drogas; pessoas com tatuagem, piercings ou que apresentem outras formas de exposição. As metas globais para eliminação do HCV até o ano de 2030 da OMS estabelecem que 80% dos casos elegíveis sejam tratados, a redução de 90% na incidência de novas infecções, além da redução de 65% na mortalidade relacionada a patologias hepáticas. A região Sul do Brasil apresentou, no ano de 2020, a maior taxa de detecção dos casos confirmados pelo vírus da hepatite C, com 12,1 casos/100 mil habitantes. A capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, apresentou taxa 10 vezes maior que a média nacional, com 47,2 casos por 100 mil habitantes, a maior taxa entre as capitais do país. Tem por objetivo estimar a prevalência, a incidência de Hepatite C e o impacto da porta de entrada no sistema prisional, além da taxa de pacientes estadiados e encaminhados para tratamento no sistema prisional do Rio Grande do Sul. Métodos: estudo transversal retrospectivo, que utilizou dados secundários referentes a testagem rápida com fluido oral para HCV realizada no projeto de intervenção “Projeto Procura-C: SUS em busca de todos” realizado pela Superintendência de Serviços Penitenciários, Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e UNISC em parceria com o Ministério da Saúde. Os testes do projeto de intervenção foram realizados entre os meses de junho e agosto de 2022 no Presídio Regional de Santa Cruz do Sul, Penitenciária Estadual de Venâncio Aires, Presídio Feminino Estadual de Rio Pardo e Penitenciária Estadual de Rio Grande; através dos quais foram realizadas análises para determinação do percentual de positividade, bem como as taxas de prevalência e incidência. Para cálculo da taxa de prevalência foi considerado o número de casos reagentes no período, dividido pelo número total de apenados no mesmo período; já para incidência foi utilizado o número de novos casos de uma doença, dividido pelo número de pessoas em risco no mesmo período. Resultados: No total foram aplicados 1407 testes, o que representa 81,58% da população privada de liberdade das instituições penais participantes. Um total de 32 testes foram considerados reagentes, o que reflete em uma prevalência de 1,87%. Não

houveram casos novos identificados neste estudo, portanto a foi incidência zero. Todos os casos positivos já eram de conhecimento da equipe de saúde prisional, pois foram identificados na triagem na porta de entrada das instituições prisionais e devidamente encaminhados ao estadiamento e tratamento para HCV. Conclusão: Não foram identificados casos novos e a prevalência foi de 1,87% o que reflete a eficácia dos serviços de porta de entrada do Sistema prisional do Rio Grande do Sul, já que entre os mais de 1000 testes aplicados nas quatro casas prisionais do estado, todos haviam sido previamente detectados; exemplificando o correto direcionamento dos serviços de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado dos casos de Hepatite C e de outras doenças infecciosas, contribuindo sobremaneira para micro eliminação da doença.

Palavras-chave: Saúde Pública; Prisões; Hepatite C.

ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NO TOCANTINS

Helenilva Custódio de Melo¹; Ana Helena Ferreira dos Santos Jorge¹; Patrícia de Oliveira da Silva¹; Laudecy Alves do Carmo Soares¹

¹Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins.

Contato: helenilva@gmail.com

Justificativa e objetivos: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) foi instituída por meio da Portaria Interministerial nº 01, de 02 de janeiro de 2014, objetivando garantir o acesso à saúde em nível de Atenção Primária dentro das Unidades Penais (UPs) por meio do trabalho integrado e multiprofissional da equipe de Atenção Primária Prisional (eAPP). São princípios da PNAISP a integralidade da atenção, recuperação e vigilância em saúde, equidade e ambiência humanizada; e, para atender esses princípios, o apoio aos municípios é de extrema relevância para o alcance das diretrizes: atenção integral resolutiva, contínua e de qualidade às necessidades de saúde da população privada de liberdade. Este trabalho visa demonstrar o trabalho executado pela área técnica de saúde prisional da Secretaria do Estado de Saúde do Tocantins (SES-TO) na implementação da PNAISP no Estado. Método: Este resumo resulta de pesquisa documental nos arquivos da Diretoria de Atenção Primária (DAP), fazendo um recorte desde a implantação e implementação da política no estado do Tocantins. Resultados: A gestão estadual da saúde prisional no Estado encontra-se subordinada à Gerência de Monitoramento e Avaliação da Atenção Primária/Diretoria da Atenção Primária (DAP)/ Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde (SPAS). A área técnica de saúde prisional foi instituída em 2004, momento em



XII Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade



IV Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional



II Encontro Intersectorial de Coordenadores de Saúde Prisional



VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR.



que aderiu ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e em seguida elaborou o Plano Operativo do Estado; aderindo à política em 2014, Portaria nº 1.602, de 31 de julho de 2014. O Grupo Condutor foi constituído por meio da Portaria nº 118, de fevereiro de 2014, com as seguintes representações: SES, com duas Superintendências envolvidas. O Tocantins possui 17 eAPPs (Ananás, Araguaatins, Arraias, Augustinópolis, Barrolândia, Cariri, Colinas, Colméia, Dianópolis, Miracema, Miranorte, Natividade, Palmeirópolis, Paraíso, Porto Nacional, Talismã e Tocantinópolis); das 27 unidades prisionais existentes no Estado três municípios (Palmas, Araguaína e Cariri) têm duas UPs em seu território, sendo que em duas (Palmas e Araguaína) os serviços são terceirizados; dois municípios (Araguaína e Gurupi) estão em processo de credenciamento; e, quatro municípios faltam credenciar equipes (Formoso, Guaraí, Palmas e Taguatinga). Os municípios são responsáveis pela organização do processo de trabalho da política, realizando o trabalho junto às eAPPs e Diretores das UPs nos municípios, conforme é preconizado na Portaria GM/MS Nº 2.298, de 9 de setembro de 2021. Conclusão: Como estratégia para promover uma atenção integral à saúde da população privada de liberdade, a SES mantém ações contínuas de assessorias e apoio aos gestores e às equipes municipais a fim de orientá-los quanto à implantação e implementação da política de forma que eles possam compreender a importância de fazerem adesão à PNAISP e manterem as equipes habilitadas, buscando contribuir para a execução de todos os dispositivos da política.

Palavras-chave: Atenção Primária em Saúde; Cuidados de Saúde Primários; Serviços Básicos de Saúde; Territorialização.



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

